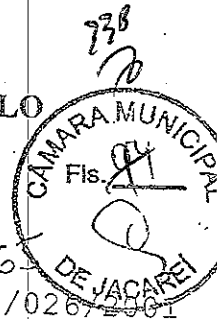




TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Fls. nº 16
TC-001932/026/2001

DECISÃO DA PRIMEIRA CÂMARA

DATA DA SESSÃO - 19-08-2003

Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Eduardo Bittencourt Carvalho, Presidente, e Edgard Camargo Rodrigues, a E. Câmara, à vista do exposto no voto do Relator, juntado aos autos, decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas do Prefeito Municipal de Jacareí, exercício de 2001, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal, com recomendações e formação de autos apartados, à margem do parecer, e determinações à auditoria competente da Casa, nos termos constantes do voto do Relator, juntado aos autos.

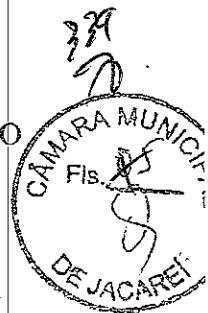
Determinou, por fim, a remessa do TC-014895/026/2001 ao Gabinete do Relator, bem como o arquivamento dos demais expedientes anexos.

MUNICÍPIO DE: JACAREÍ
EXERCÍCIO DE: 2001

- 1 - Relatório e voto (ou notas taquigráficas) juntados pela SDG-1;
- 2 - Ao Cartório do Relator para:
 - a) redação e publicação do parecer;
 - b) vista e extração de cópias no prazo recursal;
 - c) juntar ou certificar;
 - d) oficiar à origem, nos termos do voto do Relator;
 - e) cumprir o determinado no último parágrafo do voto do Relator;
- 3 - À SDG-4 para inclusão no acervo jurisprudencial;
- 4 - Ao GDF-4 para:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Fls. nº 166
TC-001932/026/2001

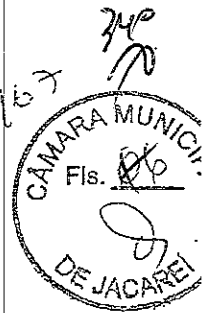
- a) cumprir o determinado nos 5º e 8º parágrafos do voto do Relator;
- b) os devido fins, encaminhando os autos à Câmara Municipal.

SDG-1, em 21 de agosto de 2003

SÉRGIO CIOQUERA ROSSI
Secretário-Diretor Geral

SDG-1/MML/iso

Conselheiro Robson Marinho
Primeira Câmara
Sessão: 19/8/2003



37 TC-001932/026/01

Prefeitura Municipal: Jacareí.

Exercício: 2001.

Prefeito: Marco Aurélio de Souza.

Período(s): (01-01-01- a 30-06-01), (07-07-01 a 12-10-01) e (26-10-01 a 31-12-01).

Substituto(s) Legal(is): Vice-Prefeita Maria Cristina de Paula Machado.

Período(s): (01-07-01 a 06-07-01) e (13-10-01 a 25-10-01)

Advogado(s): José Roberto Manesco, Marcos Augusto Perez e outros.

Acompanha(m): TC-029621/026/01, TC-002448/007/01, TC-000390/007/02, TC-031815/026/01, TC-010000/026/03, TC-014895/026/01, TC-030610/026/01, TC-001932/126/01, TC-001932/226/01 e TC-001932/326/01.

Auditada por: GDF-7 - DSF-I.

Auditoria atual: GDF-4 - DSF-I.

Aplicação no Ensino:	21,57% ¹
Ensino Fundamental:	13,77%
Aplicação na Saúde:	22,59%
Despesas com Pessoal e Reflexos:	43,42%
Superávit Orçamentário:	5,41%

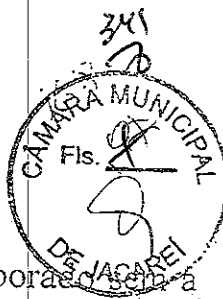
Relatório

Em exame nos presentes autos as contas, relativas ao exercício de 2001, apresentadas pelo Prefeito do **Município de Jacareí**, cujo trabalho de inspeção coube à 7ª Diretoria de Fiscalização.

As falhas anotadas na instrução processual e as justificativas encaminhadas pelo interessado em virtude de regular notificação encontram-se abaixo discriminadas:

Planejamento da Gestão Pública (item 1)

¹ Índice apurado pelo Setor de Cálculos de ATJ - fls. 93/95.



- o Plano Plurianual relativo ao período de 1998/2001 foi elaborado sem a valoração das despesas, inviabilizando o controle e acompanhamento orçamentário.

Defesa: tal falha não acarretou implicações na avaliação das contas municipais, já que o plano, elaborado em 1997, não recebeu censura do Tribunal nos últimos exercícios. Assim, no exercício de 2001 não restou à Prefeitura outra alternativa senão a de cumprir as diretrizes do plano vigente.

Dívida Ativa (item 2.2.2)

- inscrição de valores na dívida ativa correspondente a 93,83% da receita arrecadada (tributária + industrial), com aumento de 45% em relação ao saldo anterior.

Defesa: para regularizar essa questão e reduzir o saldo da dívida ativa, a administração ajuizou inúmeras ações de cobrança durante o exercício de 2001 (documento nº 01 do Anexo).

Licitações (item 2.3.4)

- falta de justificativas para contratações realizadas sem licitação.

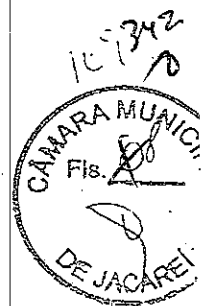
Defesa: as contratações diretas mencionadas no relatório de auditoria referem-se à aquisição de equipamentos a serem utilizados na prestação de serviços de saúde aos munícipes e de materiais para manutenção da frota municipal. Todas as contratações foram precedidas das formalidades legais, inclusive com parecer relatando o que causou a situação de emergência e a necessidade de contratação imediata, pois o Executivo não poderia aguardar o tempo exigido para realização dos procedimentos licitatórios, sob o risco de deixar a população de Jacareí sem adequados serviços de saúde e transporte.

- falta de publicação do resultado do julgamento das licitações na modalidade convite.

Defesa: por ser falha formal solicita que esta seja relevada.

- adoção de modalidade licitatória ("credenciamento") não prevista na legislação.

Defesa: a anotação efetuada pela auditoria refere-se, na realidade, não a uma forma de licitação, mas sim ao simples credenciamento de escolas de samba na organização do carnaval de 2001. Não houve "competição" entre as escolas para a participação em referido evento e sim uma exigência para garantir a transparência da utilização dos recursos financeiros.



Ordem Cronológica de Pagamentos (item 2.3.6)

- falta de justificativa para a quebra da ordem cronológica;
- elaboração da relação em desacordo com as Instruções do Tribunal.

Defesa: a auditoria considerou despesas que, embora empenhadas e com faturas já apresentadas, ainda não haviam sido liquidadas pela administração. O Executivo não poderia obstar o pagamento aos demais fornecedores, fato que oneraria o erário municipal (multas por atraso de pagamento). Assim, a Prefeitura continuou a pagar os demais credores, sem quebrar a ordem cronológica (doc. nº 02 do Anexo).

Destinação dos recursos arrecadados com multas de trânsito (item 2.3.7)

- Infringência ao artigo 320 do Código Nacional de Trânsito decorrente da aplicação parcial (84,59%) dos recursos arrecadados com multas de trânsito.

Defesa: A norma legal não impõe que os recursos sejam aplicados integralmente no mesmo exercício. O saldo remanescente encontrava-se em conta vinculada para ser destinado às finalidades legais nos exercícios subseqüentes (doc. nº 03 do Anexo).

Outras despesas irregulares (item 2.3.8)

- realização de serviços de adequação de aterro sanitário sem contrato e sem aprovação do projeto nos órgãos estaduais competentes.

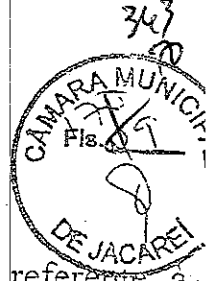
Nada alegou.

Pessoal (item 3.1)

- existência no quadro de pessoal de 515 servidores não concursados e não estáveis;
- recolhimento, pelos servidores não estáveis, de encargos sociais à Previdência Municipal.

Defesa: a Prefeitura não entende ser conveniente a demissão imediata daqueles servidores admitidos sem concurso público antes da promulgação da Constituição e que não adquiriram estabilidade por força do artigo 19 do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais. A substituição desses servidores por outros aprovados em concurso público será gradativa, pois é a melhor maneira de ser atendido o interesse público, uma vez que eles exercem atividades imprescindíveis ao município. Quanto à existência de servidores não concursados e não estáveis abrangidos pela previdência municipal, o problema é oriundo de gestões anteriores, sendo que estão sendo tomadas providências para regularização da matéria.

Análise do Resultado Patrimonial (item 4.2)



- exclusão indevida, nas demonstrações contábeis, de valor referente à dívida com o Instituto Municipal de Previdência (R\$ 24.240.339,01).

Defesa: embora a Prefeitura reconheça a existência de dívida com o IPMJ, o valor mencionado pela auditoria não corresponde ao débito efetivo, uma vez que há duas ações de cobrança movidas pela autarquia, ainda não sentenciadas, em que se discutem os respectivos valores. Assim, foi contabilizado apenas o valor de R\$ 11.473.762,71, referente à parte incontroversa da dívida. (doc. nº 04 do Anexo).

Denúncias/Representações (item 6)

TC-390/007/02 – expediente em que o sr. Pedro de Alcântara Motta indica possíveis irregularidades praticadas pela administração municipal na contratação da empresa Luiz Machado Jacareí, relativa ao convite 167/01

Analisando a matéria, a auditoria constatou que, em relação à quantidade de pretendentes, o § 3º do artigo 22 da Lei de Licitações menciona o número de convidados e não o número de habilitados, sendo que foram convidados três ou mais participantes, havendo, portanto, obediência ao citado diploma legal. Quanto ao fracionamento de compra, considerou improcedente a afirmação, visto que na contratação objeto do convite 167/01 foram utilizados recursos do exercício de 2001, enquanto nas contratações que serviram de comparação com esse certame os recursos eram de outra gestão orçamentária - 2002.

TCs 29621/026/01 e 2759/007/01 – expedientes em que o Vereador Pedro de Alcântara Motta informa a ocorrência de possível ilegalidade no aditamento contratual celebrado com a empresa Gazeta Mercantil Participações Ltda. Segundo alegou, a empresa não possuía certidão negativa de débito expedida pelo INSS, não podendo, portanto, ter seu contrato aditado com o setor público.

A auditoria considerou improcedente o comunicado, uma vez que a certidão anexada às fls. 22, expedida pelo INSS, com validade na data do aditamento, atesta a regularidade dos recolhimentos, não existindo débito em nome da empresa.

TCs 30610/026/03 e 10000/026/03 (cópia) – expedientes em que o Vereador Pedro de Alcântara Motta aponta a ocorrência de possíveis irregularidades na contratação, sem licitação, do Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT, a qual teria sido motivada pelo fato de a entidade estar ligada ao partido político do Prefeito Municipal.

A auditoria entende improcedente tal comunicado, uma vez que a contratação foi justificada com base no artigo 24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/93, que permite a dispensa de licitação para o presente caso, tendo, ainda, sido observadas todas as formalidades legais pertinentes.

TC 14895/026/01 - expediente em que o Secretário de Assuntos Federativos da Presidência da República, Dr. João Faustino Ferreira Neto, informa o recebimento, por aquela pasta, de



correspondência enviada pelo Senhor Jorge Luiz Juknevičius, apontando a ocorrência das seguintes ilegalidades cometidas pelo Executivo Municipal:

- instituição de obrigação para os servidores públicos municipais de contrair empréstimo junto ao Banco do Brasil em substituição ao 13º salário, ficando a Prefeitura como garantidora;
- aumento de remuneração do Prefeito, mesmo diante das dificuldades financeiras da comuna; e
- prestação, sem contrato, de serviços de coleta de lixo domiciliar, hospitalar e industrial, serviços estes não fiscalizados pela Prefeitura e sem acompanhamento da pesagem do lixo para fins de cobrança.

Analisando a matéria, a auditoria entendeu improcedentes as afirmações relativas ao contrato de empréstimo aos servidores, pois que a Prefeitura apenas procede ao desconto em folha de pagamento das parcelas devidas pelos funcionários à instituição financeira.

Constatou, também, que a remuneração do Prefeito foi fixada em legislatura anterior e os pagamentos estão de acordo com a lei municipal.

Em relação à coleta de lixo, verificou inexistir ilegalidade na pesagem dos materiais recebidos; no entanto, constatou que foram prestados serviços de adequação do aterro sanitário pela mesma empresa encarregada da coleta do lixo, serviços esses não previstos em contrato e realizados sem projeto previamente aprovado pelos órgãos estaduais competentes, sendo, portanto, procedente em parte o comunicado.

TCs. 31815/026/01 e 2448/007/01 - ofícios encaminhados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª região sobre reclamações trabalhistas movidas por ex-servidores, cujas sentenças declararam improcedentes as ações.

Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal (item 7)

- preenchimento incorreto do demonstrativo de restos a pagar;
- falta de informação relativa a serviços de terceiros no relatório de gestão fiscal.

Défesa: solicita que as falhas sejam relevadas, por serem formais.

Atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (item 8)

- falta de informação sobre os valores de serviços de terceiros no relatório da gestão fiscal.

Défesa: solicita que a falha seja relevada.

- concessão de subvenções sem lei específica, contrariando o artigo 26 da LRF.



Defesa: a Lei Municipal nº 4.427/00 autorizou a concessão de subvenções (doc. Anexo).

Aplicação no Ensino (item 9)

- inobservância do artigo 212 da Constituição Federal, tendo em vista a insuficiência de aplicação de recursos provenientes de impostos e transferências no ensino de um modo geral e no ensino fundamental.

Defesa: as despesas no montante de R\$ 1.960.959,40, embora tenham sido contabilizadas em elementos de despesa não vinculados ao ensino, foram destinadas a esse setor e não podem ser excluídas do cômputo geral. A Prefeitura também se opõe à exclusão dos valores inscritos em restos a pagar sem disponibilidade financeira, pois todas as despesas foram empenhadas em 2001 e liquidadas nos primeiros meses do exercício de 2002. Assim, com as inclusões desses valores, verifica-se o cumprimento das normas constitucionais em relação ao setor.

- repasses decendiais insuficientes.

Defesa: "como não há maiores esclarecimentos sobre quais seriam as irregularidades detectadas, fica prejudicada a apresentação de justificativas específicas. Pode-se adiantar, contudo, que todos os recursos foram devidamente repassados e aplicados no ensino".

Manifestando-se especificamente sobre os aspectos econômico-financeiros, Unidade de Economia de ATJ manifesta-se pela emissão de parecer favorável às presentes contas.

O Setor de Cálculos de ATJ, após análise dos autos, refez os cálculos elaborados pela auditoria, para neles incluir despesas que não haviam sido consideradas (fls. 94/95) e atestou que a Prefeitura Municipal de Jacaré aplicou o correspondente a 21,57% da receita proveniente de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, destinando 13,77% ao ensino fundamental.

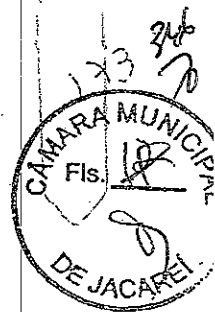
Diante da insuficiente aplicação de recursos no ensino de um modo geral e no fundamental, Unidade Jurídica de ATJ, com o endosso de sua Chefia, propõe emissão de parecer desfavorável às contas em exame, sem prejuízo de recomendações sobre as demais falhas.

De modo convergente foi o entendimento de SDG.

É o relatório.

Rcbnm.

Voto
TC-001932/026/00



Conquanto a Prefeitura de Jacaré tenha observado os mandamentos legais e constitucionais relativos aos gastos com pessoal (43,42%) e com saúde (22,59%) e apresentado resultado orçamentário superavitário, a insuficiência de recursos aplicados no ensino de um modo geral e no fundamental é falha crucial e compromete irremediavelmente as contas em apreço.

Consoante se verifica da análise procedida nos elementos que instruem o processado, o Executivo Municipal, no exercício em exame, não deu atendimento ao contido no artigo 212 da Constituição Federal, pois gastou com o setor educacional, excluídos os valores inscritos em "restos a pagar", sem cobertura financeira, e as despesas que não poderiam ser computadas para esse fim, apenas o equivalente a 21,57% da receita de impostos e transferências.

Também não observou o disposto no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, eis que o ensino fundamental foi contemplado com somente 13,77% daquelas receitas.

Outra grave irregularidade refere-se à realização de despesas com serviços de adequação de aterro sanitário não previstos em contrato e sem aprovação do órgão estadual competente, anotada pela auditoria no item 2.3.8 de seu relatório e mencionada no expediente TC-14895/026/01 (item 6), sobre as quais o responsável não apresentou nenhuma justificativa.

As demais falhas podem ser relevadas ante as justificativas apresentadas e a promessa de regularização, devendo, a auditoria, certificar-se a respeito das medidas saneadoras anunciadas.

Assim, voto pela emissão de **parecer desfavorável** à aprovação das contas do Prefeito do Município de Jacaré, relativas ao exercício de 2001, excetuados os atos eventualmente pendentes de apreciação por este Tribunal.

À margem do parecer, proponho que se oficie ao Chefe do Executivo, recomendando-lhe que:

367
CAMARA MUN
Fls. 17
DE 2003

- observe rigorosamente os preceitos contidos na Lei Federal nº. 8.666/93, quando realizar licitações e celebrar contratos; na Lei nº 4.320/64, especialmente no que concerne à elaboração do orçamento plurianual; e no artigo 320 do Código de Trânsito Nacional sobre a destinação dos recursos provenientes de multas de trânsito;
- incremente a cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa;
- regularize seu quadro de pessoal, em face das disposições constitucionais concernentes à criação e provimento de cargos públicos;
- passe a cumprir as Instruções deste Tribunal, notadamente quanto à ordem cronológica de pagamento e remessa de documentação;
- atente para os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal; e
- cumpra o disposto no artigo 69, § 5º, da Lei Federal 9424/96, quanto aos repasses decendiais.

Outrossim, determino que a auditoria requirite a documentação necessária à formalização de autos próprios – exame de termos contratuais – para análise da contratação do Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT, devendo os expedientes TCs-30610/026/03 e 10000/026/03, acompanhar o processo a ser formalizado.

O expediente TC 14895/026/01 deverá retornar ao meu gabinete, arquivando-se os demais.

É o meu voto.

RELATOR-CONSELHEIRO Rabson Maurício

O RELATÓRIO JUNTADO CORRESPONDE AO
INTEIRO TEOR DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS
REFERENTES À SESSÃO DO DIA 19 / 02 / 03.

SDG-1, em 21 / 02 / 03


f/ MARIA MARTINO LACHINI
Taquígrafo de Controle Externo-Chefe



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



PARECER

TC-001932/026/01 – Contas anuais.

Prefeitura Municipal: Jacareí.

Exercício: 2001.

Prefeito: Marco Aurélio de Souza.

Períodos: (1º-01-01- a 30-06-01), (07-07-01 a 12-10-01) e (26-10-01 a 31-12-01).

Substituto Legal: Maria Cristina de Paula Machado (Vice-Prefeita).

Períodos: (1º-07-01 a 06-07-01) e (13-10-01 a 25-10-01)

Advogados: José Roberto Manesco, Marcos Augusto Perez e outros.

Acompanham: TC-029621/026/01, TC-002448/007/01, TC-000390/007/02, TC-031815/026/01, TC-010000/026/03, TC-014895/026/01, TC-030610/026/01, TC-001932/126/01, TC-001932/226/01 e TC-001932/326/01.

Vistos, discutidos e relatados os autos.

Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Eduardo Bittencourt Carvalho, Presidente, e Edgard Camargo Rodrigues, a e. 1ª Câmara, em sessão de 19 de agosto de 2003, à vista do exposto no voto do Relator, juntado aos autos, decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas do Prefeito Municipal de Jacareí, exercício de 2001, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal, com recomendações e formação de autos apartados, à margem do parecer, e determinações à auditoria competente da Casa, nos termos constantes do voto do Relator, juntado aos autos.

Determinou, por fim, a remessa do TC-014895/026/2001 ao Gabinete do Relator, bem como o arquivamento dos demais expedientes anexos.

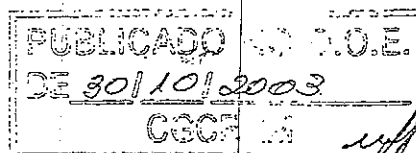
Na ocasião reconheceram-se definitivos os seguintes resultados contábeis: aplicação no ensino: 21,57%, ensino fundamental: 13,77%, aplicação na saúde: 22,59%, despesas com pessoal e reflexos: 43,42% e superávit orçamentário: 5,41%.

Publique-se.

São Paulo, 22 de outubro de 2003.


EDUARDO BITTENCOURT CARVALHO -- Presidente


ROBSON MARINHO – Relator





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Fls. nº 462-
TC-001932/026/2001

DECISÃO DO TRIBUNAL PLENO

DATA DA SESSÃO - 20-10-2004

Findo o relatório apresentado pelo Conselheiro Robson Marinho, Relator, foi concedida a palavra ao Dr. Marcos Augusto Perez, que produziu defesa oral, a qual constará, na íntegra, das respectivas notas taquigráficas, após o que, a pedido do Relator, foi o presente processo retirado de pauta, devendo ser incluído na ordem do dia da próxima sessão.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO - CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA
RELATOR - CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

- 1 - À SDG-3 para incluir o processo na ordem do dia da próxima sessão;
- 2 - À SDG-1 para juntada das notas taquigráficas.

SDG-1, em 20 de outubro de 2004

SÉRGIO CIQUERA ROSSI
Secretário-Diretor Geral

SDG-1/MML/iso



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



NOTAS TAQUIGRÁFICAS

463
TC-001932/026/01

29a. sessão ordinária do Tribunal Pleno, realizada em 20 de outubro de 2004, no Auditório "Prof. José Luiz de Anhaia Mello"

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO - Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga

RELATOR - Conselheiro Robson Marinho

SECRETÁRIO - Bel. Sérgio Ciquera Rossi

PROCESSO - TC-001932/026/01

ASSUNTO - Município: Jacareí.

Prefeito: Marco Aurélio de Souza e Maria Cristina de Paula Machado.

Exercício: 2001.

Requerente(s): Prefeitura Municipal de Jacareí.

Em Julgamento: Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 19-08-03, publicado no D.O. E de 30-10-03.

Advogado(s): José Roberto Manesco, Marcos Augusto Perez e outros.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO - O item 19, TC-001932/026/01 trata de pedido de reexame de parecer das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, exercício de 2001.

Há pedido de sustentação oral do eminente advogado Marcos Augusto Perez, em nome do Município e eu consultei o eminente Conselheiro Robson marinho, que assentiu na inversão da pauta, de sorte que peço permissão para convidar o eminente advogado para que tome à tribuna.

Com a palavra o eminente Relator.

RELATOR - Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, Dr. Marcos Augusto Perez, em sessão de 19 de agosto de 2003 a E. Primeira Câmara decidiu emitir desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2001, em face do descumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal e do artigo 60 das Disposições Transitórias. Foram aplicados pelo município 22,59% no ensino global, 13,77% no ensino fundamental.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

464
TC-001932/026/01

É o brevíssimo relatório, Sr. Presidente.

(O relatório de S. Exa. segue juntado no final destas notas).

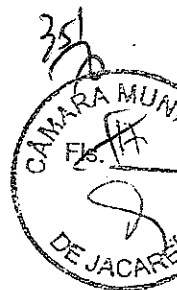
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO - Para a sustentação, a palavra é do eminente advogado, Dr. Marcos Augusto Perez.

DR. MARCOS AUGUSTO PEREZ - Exmo Sr. Presidente, Exmos. Srs. Conselheiros, a questão em exame é um assunto catalogado aqui nesta Corte e serei bastante breve, ressaltando alguns pontos que me parecem absolutamente essenciais para o deslinde justo da matéria.

Como disse o nobre Relator, refeitos os cálculos na fase recursal, chegou-se ao percentual de 23,28, e, na minha conta, 23,29%, um centésimo de diferença do relatório do eminente Conselheiro Robson Marinho, e 61,93% em relação aos gastos de ensino fundamental. Acontece que há um dado importante, também incontroverso, mas desqualificado pelos órgãos preopinantes, que o Município tinha inscrito em Restos a Pagar cerca de três milhões de reais, dos quais, no primeiro semestre ele gastou efetivamente dois milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil reais, e sete reais e noventa e quatro centavos, o que corresponderia a um plus, a um acréscimo de 2,14% da receita de impostos daquele ano, que somados com os 23,28% perfazeriam o percentual de 25,42% da receita obtida com os impostos. Os órgãos preopinantes desconsideraram a realização desse pagamento, muito embora a própria auditoria, às fls. 33 do relatório inicial feito, a auditoria regional, já o apontasse, porque não houve nesse ano lastro financeiro para o pagamento desses restos a pagar.

Com base nestes fatos, que, reitero, estão provados documentalmente nos autos, são incontroversos, tenho breves observações a fazer. A primeira, relativamente à norma que exige o lastro financeiro como suporte para o pagamento dos restos a pagar, para que esta Corte aceite esses restos a pagar de modo a acoplá-los no percentual necessário para perfazer o mínimo constitucional que cabe à educação.

Sustento, aqui e agora, que esta norma é uma norma instrumental, ela não guarda uma finalidade em si mesma. Qual a finalidade visada por ela? Assegurar que os restos a pagar

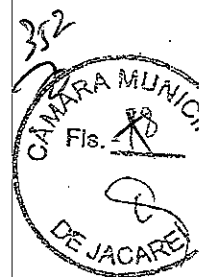




TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

TC-001932/026/01



efetivamente sejam despendidos na rubrica relacionada aos gastos com a manutenção do ensino.

Não há sombra de dúvida que a norma, do ponto de vista instrumental não foi cumprida, mas, do ponto de vista de sua finalidade foi cumprida, porque nos seis primeiros meses do ano seguinte, 2002, os restos a pagar, no total de dois milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, 2,14% da receita de impostos foram, efetivamente, despendidos pela administração municipal.

Dessa forma, nos termos da lei que orienta as ações dessa egrégia Corte, essa falha instrumental é equiparável a uma falha formal. A finalidade da norma foi atendida. E, na medida em que a finalidade foi atendida, embora a forma não tenha sido atendida, cabível não é a rejeição das contas, mas o aconselhamento à municipalidade que não insista, não repita esse erro.

Esse é o primeiro ponto que me parece importante ressaltar. O Direito visa à realização do direito em si, da finalidade da norma, e a finalidade da norma aqui foi alcançada, embora a forma esculpida nos regulamentos desta Corte, e legal, para que se alcançasse essa finalidade tenha sido efetivamente descumprida, porque não havia lastro financeiro; e é impossível criar lastro financeiro a essa altura do campeonato.

A segunda observação é que esse ano de 2001 foi um ano excepcional na vida de uma prefeitura. Por quê? Porque é o ano de transição de governo. Isso não é desculpa para toda e qualquer desordem econômico-financeira, mas, em casos específicos, em casos concretos, à luz das circunstâncias fáticas, isso pode ser, sim, uma excusa ao cumprimento de determinadas formalidades legais.

O histórico da Prefeitura de Jacareí é o seguinte: no ano de 1999 rejeitou-se as contas em função da aplicação de somente 22% na educação; em 2000, aplicou-se somente 21,56%, e mais uma vez as contas foram rejeitadas.

Não é da noite para o dia, entrando na gestão da municipalidade, que um Prefeito consegue trazer índices, especialmente no serviço de educação, que estão lá embaixo,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

TC-001932/026/01

para o atendimento do percentual mínimo constitucional. Para gastar os mínimos constitucionais, numa situação como essa, a municipalidade teve de fazer concurso público para a admissão de servidores. O concurso público demorou a ser feito, como todo concurso público demora, e em meados do ano foi feito.

Para a ampliação em relação aos gastos mínimos com educação era necessário construir escolas. Como constróem-se escolas? Licita-se as escolas, e depois constróem-se as escolas.

Então, não é com uma varinha de condão que o governante entra e, responsavelmente, digo responsavelmente porque há exemplos, por aí afora, de Prefeitos que no último dia do ano de um determinado exercício distribuem o dinheiro para os servidores, como forma de atingir o percentual mínimo. Não me parece, entretanto, que essa seja uma prática saudável. Atende-se à lei formalmente, mas não se atende ao escopo da lei.

O Município de Jacareí tem a sua rede conveniada com o Estado. Então, não seria nem o caso de cogitar o seguinte: "Ah, ele poderia ter assumido a rede de ensino fundamental do Estado." Portanto, o Município de Jacareí tem a sua rede conveniada, e não seria simplesmente assumindo a rede estadual, que já é parcialmente assumida, naquela que se refere ao ensino fundamental, que os percentuais mínimos seriam atingidos.

Um outro dado importante: no ano de 2002 as contas já foram aprovadas por esta Corte, o Relator foi o eminente Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, e os gastos no ensino foram de 27,42%, o que salienta bem esse momento de transição, quer dizer, parte-se de 21 para 25, na minha tese, em 2001, e 27 em 2002, já com uma margem bastante folgada em relação ao mínimo Constitucional.

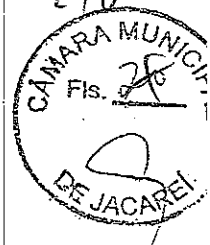
Por fim, e esta é a última observação que faço, parece-me que o "standard" legal, o "standard" normativo que orienta o julgamento das contas por este E. Tribunal, ele dá ao julgador uma larga discricionariedade, não há uma tipificação absolutamente precisa na lei, dos casos que levam à rejeição, dos casos que levam à admissão das contas de um administrador. Essa discricionariedade parece imprescindível



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

467
TC-001932/026/01



para o julgamento de contas. E este Tribunal, ao longo do tempo, tem aperfeiçoado esses "standards" de discricionariedade e construído toda uma jurisprudência, uma casuística, digamos assim, no bom sentido, que orienta, no dia-a-dia, a atividade desta Corte, como também é de se louvar, o que não poderia deixar de ser diferente.

Dessa forma, invocando essa casuística, aqui do Tribunal, eu queria fazer uma referência final a alguns casos, nesta Corte, em que se admitiu, excepcionalmente, também, e esse é um caso, reitero, excepcional, que Restos a Pagar, ainda que não tenham lastro financeiro, uma vez adimplidos, pagos no início do exercício seguinte, eles constituem uma excusa suficiente à aprovação das contas do Prefeito. Então, cito aqui alguns casos, e há outros. O Município de Mirandópolis, nas contas de 98; o Município de Boituva, nas contas de 99; o Município de Lucélia, nas contas de 99; o Município de Franca, nas contas de 98. Em todos esses casos há um precedente análogo ao presente caso, excepcional, claro, não utilizado no dia-a-dia desta Corte, mas que justifica, no modo de ver da defesa, a aprovação das contas.

Era isto o que tinha a dizer. Agradeço a atenção.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO - Agradeço a participação do eminente advogado. A palavra retorna ao eminente Conselheiro Robson Marinho.

RELATOR - Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, eu tenho profunda admiração e respeito pelo Dr. Marcos Augusto Perez e, portanto, em todas as oportunidades em que o advogado se fez presente, fazendo a sustentação oral, fazendo a defesa daquele órgão jurisdicionado que ele representa, sempre retirei o processo de pauta para melhor análise dos argumentos apresentados. Não vou agir de forma diferente, Sr. Presidente. Retiro de pauta, com a reinclusão automática para a próxima sessão.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO - É regimental, peço que assim se proceda.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

TC-001932/026/01



DECISÃO CONSTANTE DA ATA: Findo o relatório apresentado pelo Conselheiro Robson Marinho, Relator, foi concedida a palavra ao Dr. Marcos Augusto Perez, que produziu defesa oral, a qual constará, na íntegra, das respectivas notas taquigráficas, após o que, a pedido do Relator foi o presente processo retirado de pauta, devendo ser incluído na ordem do dia da próxima sessão.

Taquígrafos:Tania/Anahy/Humberto

SDG-1/MML/mrs

356
70
CÂMARA MUN.
Fls. 82
DE JACAREÍ

Conselheiro Robson Marinho
Tribunal Pleno
Sessão: 20/10/04

PEDIDO DE REEXAME

19 TC-001932/026/01

Município: Jacareí.

Prefeito: Marco Aurélio de Souza e Maria Cristina de Paula Machado.

Exercício: 2001.

Requerente(s): Prefeitura Municipal de Jacareí.

Em Julgamento: Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 19-08-03, publicado no D.O. E de 30-10-03.

Advogado(s): José Roberto Manesco, Marcos Augusto Perez e outros.

Auditada por: GDF-7 - DSF-I.

Auditoria atual: GDF-4 - DSF-I.

Relatório

Em sessão de 19/8/2003, a e. Primeira Câmara decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da **Prefeitura Municipal de Jacareí**, relativas ao exercício de 2001, em face do descumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal e do artigo 60 do ADCT (22,59% da receita oriunda de impostos e transferências foi destinado ao ensino global, sendo 13,77% dessas mesmas receitas ao ensino fundamental) e da realização de despesas com serviços de adequação de aterro sanitário não previstos em contrato e sem aprovação do órgão estadual competente, procedimento que não foi alvo de explicações por parte da origem.

Inconformada, a Prefeitura Municipal de Jacareí, por meio de seu representante legal, interpõe pedido de reexame, procurando reverter a decisão que lhe fora desfavorável.

Em relação ao ensino solicita que seja considerado como aplicação nesse setor o montante equivalente a R\$ 1.960.959,40, pois procura demonstrar que, embora referidas despesas tenham sido classificadas erroneamente como sendo da administração geral (subfunção 122), as notas fiscais e as ordens de pagamentos referentes a tais valores (docs. anexos) atestam serem, na realidade, dispêndios do ensino fundamental (subfunção 361).



Reivindica, também, que as despesas inscritas em restos a pagar, para cuja cobertura não havia recursos disponíveis suficientes, sejam considerados para cômputo no setor. Argumenta que a impossibilidade de manutenção de saldo equivalente no final do exercício de 2001 decorreu fundamentalmente da necessidade de sanar pendências de gestão anterior, mas que aludidos gastos foram destinados ao ensino e sua liquidação ocorreu no primeiro semestre do exercício de 2002.

Quanto ao aterro sanitário, informa que a contratação em comento se deu em 2000, cujo contrato vigorou até outubro daquele ano, não cabendo, portanto, nenhuma responsabilidade à atual administração sobre eventuais irregularidades.

Manifestando-se em relação ao ensino, a assessoria técnica acolheu apenas as razões de recurso sobre as despesas classificadas erroneamente. Refazendo os cálculos, para neles incluir referidos gastos, atestou que, embora a municipalidade tenha cumprido o limite mínimo exigido no artigo 60 do ADCT, não o fez em relação ao ensino de modo geral, posto que apenas o correspondente a 23,29% do produto de impostos e transferências foi aplicado no setor, não tendo sido superada, portanto, a infringência ao contido no artigo 212 da Constituição Federal.

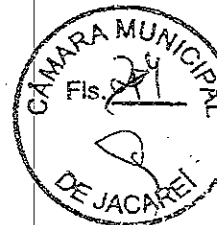
Por isso, opinou pelo conhecimento do apelo e, quanto ao mérito, por seu desprovemento.

Manifestando-se na mesma linha, a SDG apenas retificou os cálculos da assessoria técnica acerca do ensino fundamental que, segundo entendimento seu, correspondeu a 16,62% da arrecadação de impostos e transferências.

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Fls. nº 471
TC-001932/026/2001

DECISÃO DO TRIBUNAL PLENO

DATA DA SESSÃO - 27-10-2004

Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Fulvio Julião Biazzi e Cláudio Ferraz de Alvarenga, bem como pelo do Substituto de Conselheiro Wallace de Oliveira Guirelli, preliminarmente o E. Plenário conheceu do pedido de reexame e, quanto ao mérito, pelas razões expostas no voto do Relator, juntado aos autos, negou-lhe provimento, ficando mantido o r.parecer desfavorável, excluindo-se tão-somente dos fundamentos da decisão anterior a falta de aplicação no ensino fundamental e a questão relacionada aos serviços de adequação de aterro sanitário, alterando-se para 23,29% e 16,62% os registros constantes do voto anterior sobre os recursos destinados na manutenção do ensino e do ensino fundamental.

PRESIDENTE - CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

MUNICÍPIO DE: JACAREÍ
EXERCÍCIO DE: 2001

- 1 - Notas taquigráficas juntadas pela SDG-1;
- 2 - Ao Cartório do Relator para redação e publicação do parecer;
- 3 - Ao GDF-4 para dar prosseguimento à decisão anterior.

SDG-1, em 29 de outubro de 2004

SÉRGIO CIQUERA ROSSI
Secretário-Diretor Geral

SDG-1/MML/rpa



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

359
CAMARA M
Fls. 2
472 DE JAC

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

TC-001932/026/01

30ª sessão ordinária do Tribunal Pleno, realizada em 27 de outubro de 2004, no Auditório "Prof. José Luiz de Anhaia Mello"

PRESIDENTE - Conselheiro Renato Martins Costa

RELATOR - Conselheiro Robson Marinho

SECRETÁRIO - Bel. Sérgio Ciquera Rossi

PROCESSO - TC-001932/026/01

ASSUNTO - Município: Jacareí.

Prefeito: Marco Aurélio de Souza e Maria Cristina de Paula Machado.

Exercício: 2001.

Requerente(s): Prefeitura Municipal de Jacareí.

Em Julgamento: Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 19-08-03, publicado no D.O. E de 30-10-03.

Advogado(s): José Roberto Manesco, Marcos Augusto Peres e outros.

RELATOR - Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, cuidam os autos de pedido de reexame formulado pela Prefeitura Municipal de Jacareí.

(O relatório e voto preliminar de S. Exa. seguem juntados ao final destas notas).

PRESIDENTE - O Sr. Relator conhece do pedido, em preliminar. Em discussão. Em votação. O Plenário acompanha.

RELATOR - No mérito, passo a proferir meu voto.

(O voto de mérito de S. Exa. segue juntado ao final destas notas).

PRESIDENTE - Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Aprovado o voto do Relator.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

360
CAMARA
FIS
473 DE JAC

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

TC-001932/026/01

DECISÃO CONSTANTE DA ATA: Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Fulvio Julião Biazzi e Cláudio Ferraz de Alvarenga, bem como pelo do Substituto de Conselheiro Wallace de Oliveira Guirelli, preliminarmente o E. Plenário conheceu do pedido de reexame e, quanto ao mérito, pelas razões expostas no voto do Relator, juntado aos autos, negou-lhe provimento, ficando mantido o r.parecer desfavorável, excluindo-se tão-somente dos fundamentos da decisão anterior a falta de aplicação no ensino fundamental e a questão relacionada aos serviços de adequação de aterro sanitário, alterando-se para 23,29% e 16,62% os registros constantes do voto anterior sobre os recursos destinados na manutenção do ensino e do ensino fundamental.

Taquígrafo: tania
SDG-1/MML/cleo

Conselheiro Robson Marinho
Tribunal Pleno
Sessão: 20/10/04

PEDIDO DE REEXAME

35 TC-001932/026/01

Município: Jacaré.

Prefeito: Marco Aurélio de Souza e Maria Cristina de Paula Machado.

Exercício: 2001.

Requerente(s): Prefeitura Municipal de Jacaré.

Em Julgamento: Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 19-08-03, publicado no D.O. E de 30-10-03.

Advogado(s): José Roberto Manesco, Marcos Augusto Peres e outros.

Auditada por: GDF-7 - DSF-I.

Auditoria atual: GDF-4 - DSF-I.

Relatório

Em sessão de 19/8/2003, a e. Primeira Câmara decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Jacaré, relativas ao exercício de 2001, em face do descumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal e do artigo 60 do ADCT (22,59% da receita oriunda de impostos e transferências foi destinado ao ensino global, sendo 13,77% dessas mesmas receitas ao ensino fundamental) e da realização de despesas com serviços de adequação de aterro sanitário não previstos em contrato e sem aprovação do órgão estadual competente, procedimento que não foi alvo de explicações por parte da origem.

Inconformada, a Prefeitura Municipal de Jacaré, por meio de seu representante legal, interpõe pedido de reexame, procurando reverter a decisão que lhe fora desfavorável.

Em relação ao ensino solicita que seja considerado como aplicação nesse setor o montante equivalente a R\$ 1.960.959,40, pois procura demonstrar que, embora referidas despesas tenham sido classificadas erroneamente como sendo da administração geral (subfunção 122), as notas fiscais e as ordens de pagamentos referentes a tais valores (docs. anexos) atestam serem, na realidade, dispêndios do ensino fundamental (subfunção 361).

Reivindica, também, que as despesas inscritas em restos a pagar, para cuja cobertura não havia recursos disponíveis suficientes, sejam considerados para cômputo no setor. Argumenta que a impossibilidade de



manutenção de saldo equivalente no final do exercício de 2001 decorreu fundamentalmente da necessidade de sanar pendências de gestão anterior, mas que aludidos gastos foram destinados ao ensino e sua liquidação ocorreu no primeiro semestre do exercício de 2002.

Quanto ao aterro sanitário, informa que a contratação em comento se deu em 2000, cujo contrato vigorou até outubro daquele ano, não cabendo, portanto, nenhuma responsabilidade à atual administração sobre eventuais irregularidades.

Manifestando-se em relação ao ensino, a assessoria técnica acolheu apenas as razões de recurso sobre as despesas classificadas erroneamente. Refazendo os cálculos, para neles incluir referidos gastos, atestou que, embora a municipalidade tenha cumprido o limite mínimo exigido no artigo 60 do ADCT, não o fez em relação ao ensino de modo geral, posto que apenas o correspondente a 23,29% do produto de impostos e transferências foi aplicado no setor, não tendo sido superada, portanto, a infringência ao contido no artigo 212 da Constituição Federal.

Por isso, opinou pelo conhecimento do apelo e, quanto ao mérito, por seu desprovimento.

Manifestando-se na mesma linha, a SDG apenas retificou os cálculos da assessoria técnica acerca do ensino fundamental que, segundo entendimento seu, correspondeu a 16,62% da arrecadação de impostos e transferências.

O presente processo já esteve em pauta de discussão na sessão de 20/10/2004, oportunidade em que decisão a seu respeito foi adiada, tendo em vista sustentação oral do representante legal da Prefeitura.

É o relatório.

Voto

TC-001932/026/01

Preliminar

Estando em termos, conheço do presente recurso.

Mérito

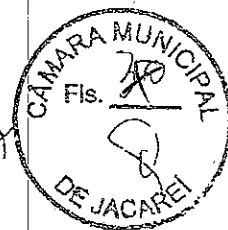
Considero, inicialmente, que a justificativa constante do presente pedido de reexame relativamente à aplicação de recursos no ensino fundamental pode ser acolhida, já que, conforme atestou a Secretaria-diretoria Geral, foram a ele destinados 16,62% da receita de impostos e transferências, dando-se, com isso, cumprimento ao disposto no artigo 60 do ADCT.

Igualmente superada afigura-se a questão concernente aos serviços de aterro sanitário, posto que os documentos carreados aos autos nesta oportunidade demonstram que aludido contrato não foi celebrado no exercício em pauta. Nessas condições, a matéria não compromete as presentes contas, mas, diante das constatações da auditoria e por haver despesas a tal título neste período, conforme informa a auditoria em seu relatório (item 2.3.8), a matéria deve ser analisada em autos próprios, nos termos das instruções vigentes.

Porém, as razões do recurso não lograram descaracterizar o descumprimento do artigo 212 da Constituição Federal.

Em que pesem os respeitáveis argumentos acrescidos pelo representante da Prefeitura Municipal solicitando a inclusão para esse fim dos valores inscritos em restos a pagar, para os quais não havia o correspondente lastro financeiro em conta vinculada, sob a alegação de que referidos valores teriam sido liquidados no exercício posterior, penso que tal pretensão não deve prosperar.

Isso porque, ao estabelecer que parte da receita arrecadada no exercício seja aplicada no ensino, quer a Constituição que haja efetivo comprometimento de recursos financeiros do próprio exercício, o que não



se obtém apenas com a reserva orçamentária destituída de lastro efetivo, como se infere do disposto no artigo 69, § 5º, da Lei nº. 9.394/96.

Consigne-se, ainda, que, de acordo com a jurisprudência deste Tribunal, as despesas com ensino, inscritas em restos a pagar, poderiam, excepcionalmente, integrar o cálculo de que se fala, se no final do exercício houvesse em conta movimento saldo suficiente não só para cobri-las, mas também os demais débitos que compuseram aquela conta. No entanto, os autos revelam que a inscrição total em restos a pagar soma R\$ 28.359.620,40, enquanto a disponibilidade financeira alcança meros R\$ 12.948.960,32 (fls. 25).

Diante disso, constata-se que, mesmo com a inclusão de despesas não consideradas anteriormente (R\$ 1.960.959,40), apenas 23,29% do produto de impostos e transferências foram aplicados na atividade, montante inferior, portanto, ao mínimo exigido pela referida disposição constitucional.

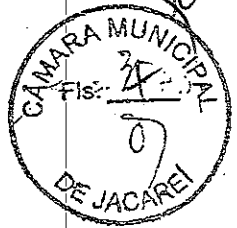
Nessas condições, meu voto **nega provimento** ao pedido de reexame e mantém o parecer desfavorável emitido sobre as contas apresentadas pelo Prefeito Municipal de Jacaréi, referentes ao exercício de 2001.

Deve-se, porém, excluir do fundamento da decisão recorrida a falta de aplicação no ensino fundamental e a questão relacionada aos serviços de adequação de aterro sanitário. Em consequência, alterem-se para 23,29% e 16,62% os registros constantes do voto anterior sobre os recursos destinados na manutenção do ensino e do ensino fundamental.

É o meu voto.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



P A R E C E R

TC-001932/026/01 - Pedido de reexame.

Município: Jacareí.

Prefeito: Marco Aurélio de Souza e Maria Cristina de Paula Machado.

Exercício: 2001.

Requerente: Prefeitura Municipal de Jacareí.

Em julgamento: Reexame do parecer emitido em 30-10-03 pela e. 1ª Câmara.

Advogados: José Roberto Manesco, Marcos Augusto Peres e outros.

Ementa: Pedido de reexame. Conhecido. Contas de Município. Aplicação de recursos no ensino. Insuficiência ante o que exige a Constituição Federal. Recurso desprovido.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

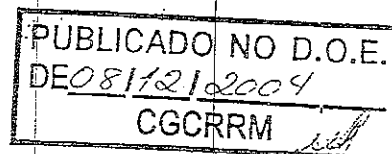
Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Fulvio Julião Biazzi e Cláudio Ferraz de Alvarenga, bem como pelo do Substituto de Conselheiro Wallace de Oliveira Guirelli, o e. Tribunal Pleno, em sessão de 27 de outubro de 2004, conheceu preliminarmente do pedido de reexame e, quanto ao mérito, pelas razões expostas no voto do Relator, juntado aos autos, negou-lhe provimento, ficando mantido o r. parecer desfavorável, excluídos, porém, dos fundamentos da decisão a insuficiente aplicação de recursos no ensino fundamental e a realização de despesas ilegais. Na ocasião, reconheceram-se como definitivos os seguintes resultados contábeis alcançados em relação à aplicação necessária no ensino e no ensino fundamental, respectivamente: 23,29% e 16,62%.

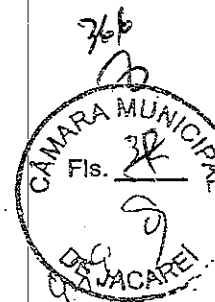
Publique-se.

São Paulo, 1º de dezembro de 2004.

RENATO MARTINS COSTA - Presidente

ROBSON MARINHO - Relator





Processo: TC- 1932/026/01

Nome: César Augusto Vilela Rezende (procuração fls.43/457)

OAB/SP-E: 128.895

Fone: 3068-4731

Nesta data obtive vista dos autos em epígrafe e retirei cópias de fls. 426/478, com recolhimento das custas apuradas.

São Paulo, 10 de dezembro de 2004

Ass.

José Roberto Manesco
Eduardo Augusto de Oliveira Ramires
Marcos Augusto Perez
Floriane de Azevedo Marques Neto
Ana Elisa Perez
Tatiana Mattiello Cymbalista

Licínio dos Santos Silva Filho
Cornélio Vieira de Moraes Júnior
José Aníbal Freitas Marques
Luís Justiniano de Arantes Fernandes
Luís Otávio Sigaud Furquim

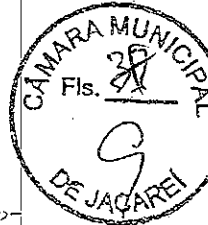
Fábio Barbalho Leite
Mauro Moura Portugal Ribeiro

Magali Favaretto Prieto
Adriana Roldan Pinto de Lima
Adalberto Pimentel Diniz de Souza
Maria Célia Nogueira Moscati
Denise Nefussi
Pedro Sotero de Albuquerque
Mariana Pereira Cunha
Marco Antônio Rodrigues Jorge
Tácio Lacerda Gama
Rodrigo Francisco Martini
Eduardo Pannunzio
Maria Fernanda de Moura e Souza
Ana Claudia Lorenzetti Leme
Juliana Rodrigues Valle
Maíra Barbosa Ribeiro
Rossana de Araujo Rocha
José Alexandre Ferreira Sanchez

Processo nº 480 / 1a
1932 / 026 / 01

Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700, fax 3068-4749
www.manesco.com.br



EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR
ROBSON MARINHO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE SÃO PAULO

TC nº 1932/026/01

Contas do exercício de 2001

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JACARÉ,
por seu advogado, vem, com fulcro no artigo 66 da Lei Orgânica do Tribunal de
Contas do Estado de São Paulo, apresentar EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
em face do acórdão proferido pela 1ª Câmara deste E. Tribunal, consubstanciado
nas razões que se seguem:

1. Breve Resumo dos Fatos

01. Após o regular exame das contas relativas ao
exercício de 2001, a auditoria apontou diversas falhas que foram devidamente
justificadas pelo ora interessado.

Folha n.º 461
1932/02-101

Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia



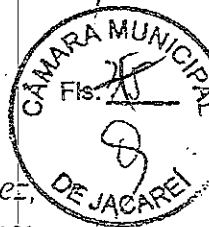
Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

02. No entanto, apesar das devidas justificativas apresentadas, foi emitido parecer desfavorável a aprovação das contas de referido exercício por entender que o percentual gasto com o ensino e o ensino fundamental estavam aquém do previsto constitucionalmente. Desta decisão o Requerente apresentou Pedido de Reexame no qual demonstrou equívocos no parecer da fiscalização financeira que deixou de computar diversos valores gastos com educação que alteravam o percentual apurado.

03. Os pareceres da ATJ e da SDG que analisaram tal pedido reconheceram que no cômputo dos valores gastos com a Educação deveriam ser incluídas aquelas que foram erroneamente classificadas, e entenderam, todavia, que os valores inscritos em restos a pagar não poderiam ser computados porque a Municipalidade não possuía saldo financeiro em 31.12.01.

04. Assim, tais pareceres entenderam que foram aplicados 23,28% das receitas no ensino o que permaneceria aquém do mínimo estabelecido pela constituição e ensejaria a emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas do Município.

05. O acórdão embargado, todavia, ao julgar o Pedido de Reexame entendeu por conhece-lo, mas negar-lhe provimento. Todavia, tal *decisum* deixou de apreciar um dos argumentos centrais produzidos no Pedido



3932/076/01

Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

de Reexame, razão pela qual não restou outra alternativa à Embargante senão opor os presentes embargos para sanar a omissão. Vejamos.-

II. Da omissão contida no acórdão

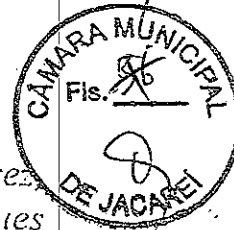
05. A ora Embargante fundamentou seu pedido de Reexame em dois argumentos centrais.

06. O primeiro deles, devidamente abordado pelo acórdão ora embargado, foi o de que não se poderia olvidar de que o montante relativo aos restos a pagar deveriam ser considerados no presente cálculo relativo à aplicação no ensino.

07. O segundo argumento central, todavia, deixou de ser apreciado por este E. Tribunal e sequer houve qualquer menção ao quanto alegado no corpo do voto do eminente relator.

08. Alegou-se e, mais, requereu-se, que este Tribunal considerasse o histórico do Município de Jacaré quanto à aplicação no ensino nos anos anteriores, sempre aquém do limite constitucional, para se conhecer o esforço da gestão seguinte em atingir, de maneira responsável, o percentual indicado pela Constituição, o que ensejaria a emissão de parecer favorável à aprovação das aludidas contas.

370
Folha n.º 462
1932/008/02



Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

09. Ora, veja-se que no ano de 1999, este Tribunal manifestou que apenas foi aplicado na educação 22% das receitas provenientes e impostos e no ano seguinte, 2.000, apenas 21,56%, o que gerou dificuldades para a nova gestão municipal, no ano de 2001, elevar tal índice na medida que a aplicação de maiores recursos dependem da ampliação da rede de ensino e investimentos pesados, o que não se realiza a curto prazo com a devida cautela que devem cercar-se os administradores públicos.

10. Assim, restava impossível que tal percentual fosse superado em curto espaço de tempo. Daí porque o atingimento de tal percentual somente foi possível computando-se o saldo relativo aos restos a pagar.

11. Há que se reconhecer, portanto, que os índices alcançados na gestão de 2001 foram conseguidos diante de elevados esforços por parte do Prefeito, na medida em que com a histórica insuficiência de rede de ensino que demande tais aplicações, o atingimento do percentual constitucional só restou possível diante de muitas dificuldades e investimentos, o que deve ser reconhecido por esta E. Corte de Contas no sentido de emitir parecer favorável à aprovação das contas no ano de 2001.



484 Jan
19321026104
Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

III. Conclusão e Pedido

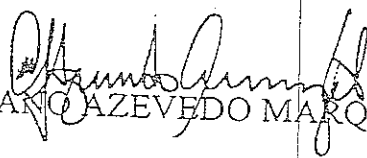
12. Diante de todo o exposto verifica-se que o v. acórdão embargado omitiu-se acerca da alegação quanto a impossibilidade de atingimento do percentual constitucional em função do histórico do Município neste sentido.

13. Em assim sendo requer sejam conhecidos os presentes embargos de declaração, para sanar a omissão contida no acórdão, apreciando-se o argumento ora exposto para emitir-se novo parecer favorável à apuração das contas de 2001 do Município de Jacareí.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 13 de dezembro de 2004.

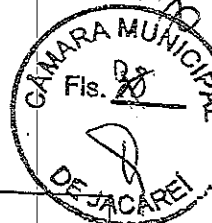

FLORIANO AZEVEDO MARQUES NETO

OAB/SP 112.208



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. nº	485
Proc.	1932/026/01
l	Sandra



Juntamos nos presentes autos os documentos de fls.
480/484.

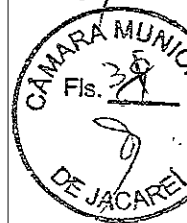
Ao Gabinete.

CGCRRM, 15 de dezembro de 2004.

Sandra Sanches
Sandra Silvestre Rodrigues Sanches
Auxiliar de Fiscalização Financeira V



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

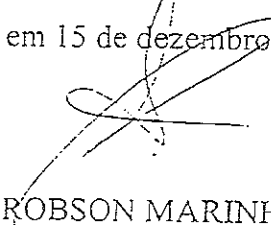


TC - 1932/026/01 - fls. 486

DESPACHO DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Processo : TC 1932/026/01
Interessada : Prefeitura Municipal de Jacareí
Assunto : Contas Municipais - Exercício de 2001.

Sobre os embargos manifeste-se a ATJ e SDG.
GC., em 15 de dezembro de 2004.


ROBSON MARINHO
Conselheiro

rcbnm.e



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO 487

001932/026/01

ATJ

Processo: TC - 001932/026/01
Órgão: Prefeitura Municipal de Jacareí
Exercício: 2001
Assunto: Embargos de Declaração
Senhor Assessor Procurador-Chefe:

A Colenda Primeira Câmara emitiu v. Parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, exercício de 2001, (fls. 165/174 e 177). A r. orientação deu-se em razão da falta de aplicação do mínimo exigível de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino e do ensino fundamental, descumprindo as disposições do artigo 212 da Constituição Federal e do "caput" artigo 60 do ADCT, tendo ainda contribuído para rejeição, a falta de justificativas para a realização de despesas com serviços de adequação de aterro sanitário não previstos em contrato e sem aprovação do órgão estadual (impropriedade anotada no item 6 relativa ao expediente TC - 14895/026/01).

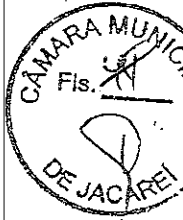
Interposta a peça recursal de fls. 179/430 e após oitiva da sustentação oral da Prefeitura, (notas taquigráficas de fls. 463/468), o E. Plenário deste Tribunal manteve o v. Parecer desfavorável relativo às contas, decidindo, todavia, pelo provimento parcial do Pedido de Reexame, a fim de que fossem excluídos dos fundamentos da r. decisão de fls. 177, a insuficiente aplicação de recursos no ensino fundamental e a realização de despesas ilegais, tendo sido reconhecidos como definitivos, na ocasião, os resultados contábeis alcançados em relação à aplicação necessária no ensino e no ensino fundamental, respectivamente: 23,29% e 16,62%.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO 488

001932/026/01



ATJ

Invocando o disposto no artigo 66 da Lei Complementar nº 709/93 e nos artigos 149 e 150 do Regimento Interno deste E. Tribunal de Contas, o Sr. Marco Aurélio de Souza, Prefeito Municipal, por intermédio de seu representante, interpôs em 13.12.04, Embargos de Declaração de fls. 480/484.

O embargante sustenta, em síntese, haver omissão no r. parecer de fls. 478

Agora por determinação de fls. 486, retornaram os autos a esta Assessoria.

Examinados.

Preliminarmente, entendo que os embargos poderão ser conhecidos, uma vez que formulados por parte legítima e tempestivos (parecer publicado em 08.12.04 e os embargos protocolizados em 13.12.04) atendidos, portanto, os pressupostos de admissibilidade previstos nos artigos 66 e 67 da Lei Complementar nº 709/93.

Mérito.

Compulsando os autos considero que inexistente contradição, omissão ou obscuridade na r. decisão. Ao contrário do que afirmou, o embargante às fls. 480/484, todas as matérias relevantes e necessárias para formação de juízo sobre as contas foram exaustivamente apreciadas pelo E. Tribunal, constando expressamente no r. Voto de fls. 476/477 os motivos e a



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

489

001932/026/01

ATJ

fundamentação legal que ensejaram a emissão do v. parecer desfavorável às contas.

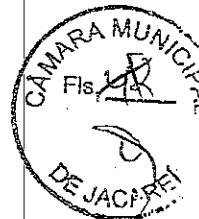
Especificamente, sobre o "*histórico do Município de Jacareí*" que o embargante afirma deixou de ser considerado por este E. Tribunal, cumpre lembrar, com a devida vênua, que alegações de idêntico teor foram expostas na sessão ordinária do Tribunal Pleno de 20/10/04, por ocasião da concessão do pedido de sustentação oral, não havendo por conseguinte falar em falta de apreciação desta Casa sobre o assunto.

No presente caso, a r. decisão apresenta-se perfeita, uma vez em que consubstancia os motivos relevantes e essenciais e a fundamentação legal, não sendo necessária a menção dos demais argumentos repudiados, uma vez que desprovidos de importância suficiente para reverter o panorama processual.

Tais argumentos poderiam ou não constar da r. decisão a critério exclusivo do E. Plenário.

A meu ver, o recurso apresentado pelo embargante objetivou, na verdade, tentar reabrir discussão sobre matéria já apreciada por esta C. Corte.

Posto isto e considerando que para a satisfazer a pretensão infringente do embargante relativo a emissão do parecer desfavorável sobre as contas da Prefeitura somente cabe





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO 490

001932/026/01



ATJ

"pedido de reexame" nos termos do artigo 71 da Lei Complementar nº 709/93 e artigo 155 do Regimento Interno, o qual já foi anteriormente interposto e apreciado pelo Excelso Tribunal Pleno, não restando nenhum ponto a ser aclarado, propugno pelo não conhecimento do Embargos de Declaração.

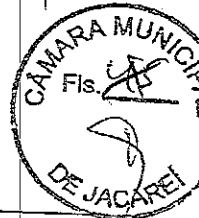
À consideração de Vossa Senhoria.

ATJ, em 18 de janeiro de 2005

Rogério Loubet Pantaleão
Assessoria Técnica



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Fl. nº	492
Proc. TC	1932/07/04
	h

PROCESSO: TC-1932/026/01
INTERESSADA: Prefeitura Municipal de Jacareí
EM EXAME: Contas Anuais do Exercício de 2001
Embargos de Declaração (fls. 481/484)
RELATOR: Dr. Robson Marinho

Senhor Relator

Retornam os presentes autos a esta S.D.G., em decorrência do r. despacho de fls. 486.

Consoante o v. Parecer de fls. 478, publicado no D.O.E. de 08/12/04, decidiu o Egrégio Tribunal Pleno conhecer do Pedido de Reexame e, no mérito, negar-lhe provimento.

Inconformada, a Prefeitura Municipal de Jacareí, através de seu representante legal, interpôs os Embargos de Declaração de fls. 481/484, protocolizado neste E. Tribunal em 13/12/04, objetivando reformar a r. decisão que lhe fora desfavorável.

Como sustentáculo de seu inconformismo, alega o Embargante que um dos argumentos centrais contidos no Pedido de Reexame interposto por aquela Municipalidade deixou de ser apreciado por este E. Tribunal, caracterizando-se, portanto, na omissão exigida para o regular processamento da peça em exame.

Neste sentido afirma que não foi considerado o histórico do Município de Jacareí quanto à aplicação no ensino nos anos anteriores, sempre em desacordo com os limites estabelecidos pela Constituição Federal, o que teria exigido elevados esforços por parte da Administração local, no sentido de alcançar os índices legalmente determinados no exercício em questão.

A Assessoria Técnica e sua Chefia (fls. 487/491), após analisarem as razões apresentadas pelo signatário, propugnaram pela rejeição do apelo em apreço.

É a síntese do necessário. Opino.

46



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Fl. n.º	493
Proc.	TC-1932/07101
	12

Por preencherem os pressupostos de admissibilidade estabelecidos na Lei Orgânica e no Regimento deste Tribunal, entendo que os presentes Embargos de Declaração devam ser conhecidos.

No mérito, entretanto, creio que não se sustenta o argumento do peticionário que busca demonstrar a suposta omissão de ponto sobre o qual este E. Tribunal deveria se pronunciar, visto que todas as questões foram bem analisadas, gerando inclusive o adiamento da conclusão do julgamento, em virtude da retirada de pauta do presente processo, na sessão ordinária do Tribunal Pleno de 20/10/04, ocasião em que o Dr. Marcos Augusto Perez, após ter-lhe sido concedido o direito de sustentação oral requerido (fls. 460/461), fez uma minuciosa exposição acerca das questões referentes aos restos a pagar e ao histórico do Município de Jacareí, o que se pode comprovar através das notas taquigráficas inseridas às fls. 463/468.

Ademais, no meu sentir, nada obstante seja objetivo dos embargos de declaração socorrer os jurisdicionados contra eventual omissão existente na própria decisão que se pretende reverter, mister ressaltar que as questões que devem ser necessariamente apreciadas não são todas as postas pelos apelantes, mas somente as relevantes, capazes de afastar os vícios que ensejaram o julgamento desfavorável da matéria.

Sendo assim, considerando que a omissão levantada pelo apelante não procede, manifesto-me pela rejeição dos presentes Embargos de Declaração.

À consideração de Vossa Excelência.
SDG., 01 de fevereiro de 2005.

Sérgio Ciquera Rossi
SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

AAS

José Roberto Manesco
Eduardo Augusto de Oliveira Ramires
Marcos Augusto Perez
Florian de Azevedo Marques Neto
Ane Elisa Perez
Tauana Maticello Cymbalista
Fábio Barbalho Leite

Licínio dos Santos Silva Filho
Cornélio Vieira de Moraes Júnior
José Anibal Freitas Marques
Luís Justiniano de Arantes Fernandes
Wladimir Antonio Ribeiro

Magali Favaretto Prieto
Adriana Roldan Pinto de Lima
Adalberto Pimentel Diniz de Souza
Maria Célia Nogueira Moscati
Denise Nefussi
Marco Antônio Rodrigues Jorge
Rodrigo Francisco Martini
Eduardo Pannunzio
Maira Barbosa Ribeiro
Rossana de Araújo Rocha
José Alexandre Ferreira Sanches
Carlos Renato Lonel Alva Santos

Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia

São Paulo
Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
Brasília
SAUS, Quadra 1, Bloco N salas 706/707
CEP: 70070 - 941 Brasília - DF
Tel. (61) 223-7895 Fax 223-7895
www.manesco.com.br



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO RELATOR DO
EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC - 1932/026/01

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ, por
seu advogado, vem, à presença de Vossa Excelência, requerer a concessão de
vista dos presentes autos.

Termos em que,
pede deferimento.

MARCOS AUGUSTO PEREZ

OAB/SP n.º: 100.075



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Fl. nº	495
Proc.	1932/026/01
	Sandra

Juntamos nos presentes autos os documentos de fls. 494.
CGCRM, 01 de março de 2005.

Sandra Silvestre
Sandra Silvestre Rodrigues Sanches
Auxiliar de Fiscalização Financeira V



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Fl. n°	496
Proc.	1932/026/01
	Sandra

Processo: TC-1932/026/01

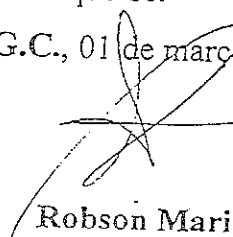
Interessada: Prefeitura Municipal de Jacaré, por seu advogado, Dr. Marcos Augusto Perez, OAB/SP 100.075

Assunto: requer vista e extração de cópias dos autos - Expediente TC-7473/026/05, juntado a fls. n° 494

Defiro vista e extração de cópias no Cartório, onde os autos ficarão à disposição da interessada pelo prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do presente despacho, observadas as cautelas legais.

Publique-se.

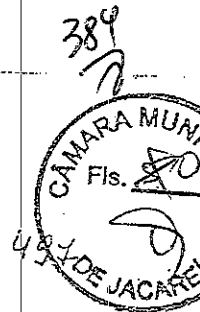
G.C., 01 de março de 2005.


Robson Marinho
Conselheiro

PUBLICADO NO D.O.E.
DE 03/03/2005
CGCRM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Processo: TC- 1932/026/01

Nome: César Augusto Vilela Rezende (procuração fls.457) (43)

OAB/SP-E: 128.895

Fone: 3068-4731

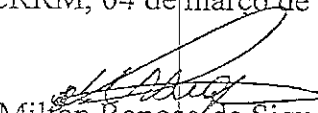
Nesta data obtive vista dos autos em epígrafe e retirei cópias de fls. 487/493, com recolhimento das custas apuradas.

São Paulo, 03 de março de 2005

Ass. 

Visto.

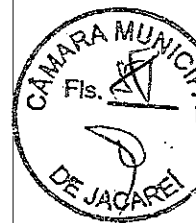
Devolvam-se os autos ao gabinete
CGCRRM, 04 de março de 2005


Milton Raposo de Siqueira
Auxiliar da Fiscalização Financeira V



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. nº 498
TC-001932/026/2001



DECISÃO DO TRIBUNAL PLENO

DATA DA SESSÃO - 16-03-2005

Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Antonio Roque Citadini, Eduardo Bittencourt Carvalho, Edgard Camargo Rodrigues, Fulvio Julião Biazzi e Renato Martins Costa, preliminarmente o E. Plenário conheceu dos embargos de declaração opostos e, quanto ao mérito, pelas razões expostas no voto do Relator, juntado aos autos, rejeitou-os, ficando mantido o r. parecer recorrido em todos os seus termos.

PRESIDENTE - CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA

- 1 - Relatório e voto (ou notas taquigráficas) juntados pela SDG-1;
- 2 - Ao Cartório do Relator para redação e publicação do acórdão;
- 3 - Ao GDF-4 para dar cumprimento à r. decisão embargada.

SDG-1, em 17 de março de 2005

SÉRGIO CIQUERA ROSSI
Secretário-Diretor Geral

SDG-1/MML/rpa



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



NOTAS TAQUIGRÁFICAS

TC-001932/026/01

5ª. sessão ordinária do Tribunal Pleno, realizada em 16 de março de 2005, no Auditório "Prof. José Luiz de Anhaia Mello"

PRESIDENTE - Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga

RELATOR - Conselheiro Robson Marinho

SECRETÁRIO - Sérgio Ciquera Rossi

PROCESSO - TC-001932/026/01

ASSUNTO - Embargante(s): Prefeitura Municipal de Jacareí.

Assunto: Contas anuais da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2001.

Responsável(is): Marco Aurélio de Souza e Maria Cristina de Paula Machado (Prefeitos à época).

Em Julgamento: Embargos de Declaração em face da decisão do E. Tribunal Pleno, que negou provimento ao pedido de reexame interposto contra a decisão da E. Primeira Câmara, que emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas. Parecer publicado no D.O.E. de 08-12-04.

Advogado(s): Floriano de Azevedo Marques Neto, Marcos Augusto Perez, José Roberto Manesco e outros.

RELATOR - Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, cuidam os autos de embargos de declaração opostos pela Prefeitura Municipal de Jacareí.

(O relatório e voto preliminar de S.Exa. seguem juntados no final destas notas).

PRESIDENTE - O Sr. Relator conhece dos embargos, em preliminar. Em discussão. Em votação. O Plenário também.

RELATOR - No mérito, passo a proferir meu voto.

(O voto de mérito de S. Exa. segue juntado no final destas notas).

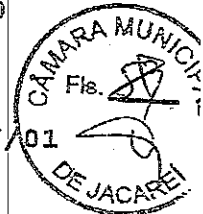
PRESIDENTE - Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Aprovado o voto do Relator.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

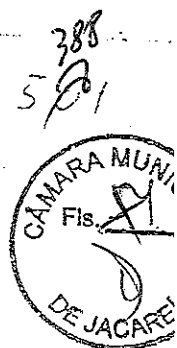
TC-001932/026/01



DECISÃO CONSTANTE DA ATA: Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Antonio Roque Citadini, Eduardo Bittencourt Carvalho, Edgard Camargo Rodrigues, Fulvio Julião Biazzi e Renato Martins Costa, preliminarmente o E. Plenário conheceu dos embargos de declaração opostos e, quanto ao mérito, pelas razões expostas no voto do Relator, juntado aos autos, rejeitou-os, ficando mantido o r. parecer recorrido em todos os seus termos.

Taquígrafo: Anahy

SDG-1/MMI/mrs



Conselheiro Robson Marinho
Tribunal Pleno
Sessão: 16/3/2005

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

39 TC-001932/026/01

Embargante(s): Prefeitura Municipal de Jacareí.

Assunto: Contas anuais da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2001.

Responsável(is): Marco Aurélio de Souza e Maria Cristina de Paula Machado (Prefeitos à época).

Em Julgamento: Embargos de Declaração em face da decisão do E. Tribunal Pleno, que negou provimento ao pedido de reexame interposto contra a decisão da E. Primeira Câmara, que emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas. Parecer publicado no D.O.E. de 08-12-04.

Advogado(s): Floriano de Azevedo Marques Neto, Marcos Augusto Perez, José Roberto Manesco e outros.

Auditada por: GDF-7 - DSF-I.

Auditoria atual: GDF-4 - DSF-I.

Relatório

Em sessão de 19/8/2003 a e. Primeira Câmara deste Tribunal decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2001, tendo em vista, principalmente, o descumprimento do contido no artigo 212 da Constituição Federal e no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, uma vez que restou demonstrada a aplicação insuficiente de recursos no ensino de modo geral e no fundamental (21,57% e 13,77%, respectivamente).

Inconformado, o responsável ingressou com pedido de reexame, que, levado ao conhecimento deste e. Plenário, em sessão de 27/10/2004, não foi provido. No entanto, na ocasião, foram reconhecidos como definitivos os seguintes percentuais de aplicação de recursos no setor educacional: 23,29% da receita proveniente de impostos e transferências no ensino de modo geral e 16,62% dessas mesmas receitas no ensino fundamental.



Ainda inconformado, o responsável opõe, agora, EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, procurando demonstrar que há omissão na decisão proferida.

Em suas razões, o embargante sustenta que este Tribunal deixou de considerar um dos argumentos centrais contidos no pedido de reexame, qual seja, o histórico do município de Jacaré quanto à aplicação no ensino dos anos anteriores. Nesse sentido, afirma que os índices apurados em 1999 e 2000 sempre estiveram abaixo do limite exigido constitucionalmente, gerando dificuldades para que a gestão municipal iniciada em 2001 pudesse elevar tais índices. Solicita, assim, que os valores inscritos em restos a pagar sejam considerados para completar o percentual previsto no citado dispositivo constitucional, por se tratar de despesas efetivadas com o setor, ainda que ausente disponibilidade financeira para sua cobertura.

Requer, por fim, que novo parecer seja emitido, agora favorável à aprovação das contas em apreço.

A ATJ opinou pelo não-conhecimento dos embargos, enquanto sua Chefia e SDG manifestaram-se pelo conhecimento e rejeição.

Ao final da instrução, o interessado obteve vista dos autos.

É o relatório.

rcbnn



Voto

TC-001932/026/01

Preliminar

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos embargos de declaração.

Mérito

Quanto ao mérito, não prosperam as alegações apresentadas pelo embargante, que, na realidade, objetivam apenas rediscutir o mérito da matéria, o que é expressamente vedado nesta fase e pelo meio utilizado pelo interessado para alcançar esse fim.

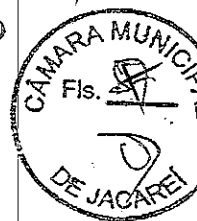
É oportuno destacar que os argumentos utilizados nos presentes embargos foram expostos na sessão ordinária do Tribunal Pleno em 20/10/2004, quando foi concedida a oportunidade de sustentação oral ao representante do município. Serviram, pois, de subsídio ao exame da matéria, não havendo, por conseguinte, de se falar em falta de apreciação desta Casa sobre o assunto.

Demais disso, convém observar que todos os argumentos constantes do pedido de reexame e que eram relevantes para o assentamento de juízo sobre a matéria questionada foram considerados no voto condutor da decisão ora embargada.

Por todo o exposto e por não vislumbrar a presença de nenhum dos fundamentos imprescindíveis ao acolhimento dos embargos de declaração, voto por sua rejeição, ficando, em consequência, mantido o parecer recorrido em todos os seus termos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



A C Ó R D ã O

TC-001932/026/01 - Embargo de declaração.

Embargante: Prefeitura Municipal de Jacareí.

Assunto: Contas anuais da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2001.

Responsáveis: Marco Aurélio de Souza e Maria Cristina de Paula Machado (Prefeitos à época).

Em julgamento: Embargos de Declaração em face da decisão do E. Tribunal Pleno, que negou provimento ao pedido de reexame interposto contra a decisão da E. Primeira Câmara, que emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas. Parecer publicado no D.O.E. de 08-12-04.

Advogados: Floriano de Azevedo Marques Neto, Marcôs Augusto Perez, José Roberto Manesco e outros.

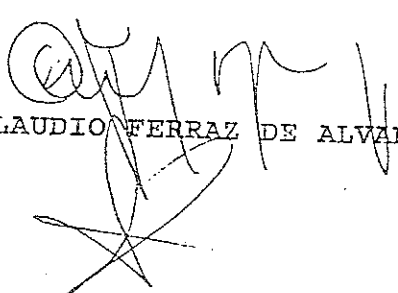
Ementa: Embargos de declaração. Conhecido e rejeitados. Inexistência de omissão ou contradição. Pretensão do recorrente de rediscutir o mérito.


Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Antonio Roque Citadini, Eduardo Bittencourt Carvalho, Edgard Camargo Rodrigues, Fulvio Julião Biazzi e Renato Martins Costa, preliminarmente o E. Plenário, em sessão de 16 de março de 2005, conheceu dos embargos de declaração opostos e, quanto ao mérito, pelas razões expostas no voto do Relator, juntado aos autos, rejeitou-os, ficando mantido o r. parecer recorrido em todos os seus termos.

Publique-se.

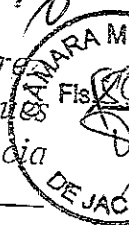
São Paulo, 18 de abril de 2005.


CLAUDIO FERRAZ DE ALVARENGA - Presidente


ROBSON MARINHO - Relator

PUBLICADO NO D.O.E.
DE 27/04/2005
CGORRM

392
7
Manesco, Ramires, Pereira
Azevedo Marques
Advocacia



São Paulo
Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
Brasília
SAUS, Quadra 1, Bloco N salas 706/707
CEP: 70070 -- 941 Brasília - DF
Tel. (61) 223-7895 Fax 223-7895
www.manesco.com.br

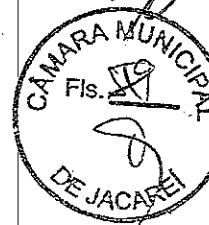
AUTORIZAÇÃO (18.43)

Autorizo os estagiários **CARLOS EDUARDO BERGAMINI CUNHA**, inscrito na OAB/SP sob o nº 117.796-E e **MARTA MACCHIONE FERREIRA**, RG nº 28.410.030-4, a terem vista e extraírem cópia dos autos do TC - 1932/026/01, que trata da análise das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí no exercício de 2001, em tramite perante o Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sob relatoria do Eminentíssimo Conselheiro Robson Marinho.

São Paulo, 11 de abril de 2005.

Marcos Augusto Perez

OAB/SP 100.075



Processo: TC- 1932/026/01

Nome: Marta Macchione Ferreira (procuração fls.43)

RG/OAB: 28.410.030-4

Fone: 3068 4700

Nesta data obtive vista dos autos em epígrafe e retirei cópias de fls. 498/504, com o recolhimento das custas apuradas.

São Paulo, 28 de abril de 2005

Ass. Marta Macchione Ferreira

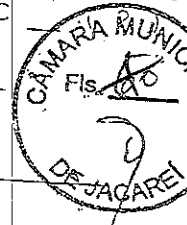
11-PRODESP

03.1.1

FTLC939

SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE PROTOCOLO
PESQUISA GERAL DE PROTOCOLOS

374
CESE
18/05/2005
11:18:09



TIPO PROT.: - TC (?) - TCA (?) x - DOC - TIPO DOC
***** P A R T E S *****

1. PARTE: CODIGO: (?) UNID.: (S/N) TC'S EM TRAMITE: NOME :

2. PARTE: CODIGO: (?) UNID.: (S/N) OU MATRICULA: NOME :

ENT. GERENCIADA: (?)

EXERCICIO : AUTUADO ENTRE: / / E

TIPO DOC. : (?) PREFIXO : DATA DOC.: / /

NUM. DOC. : OU SEQ.: /

NUM. EDITAL : REGIONAL: RELATOR ATUAL:

REF. TC- 0000000001932 / 026 / 01 DOC. NAO JUNTADOS AO REF. TC. x

RESPONSAVEIS :

OBJETO:

TOTAL DE PROTOCOLOS ENCONTRADOS 0000000

TECLE ENTER PARA CONTINUAR, CLEAR PARA RETORNAR OU PF12 PARA TERMINAR



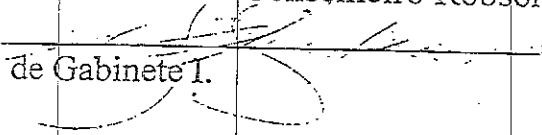
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Fls. 508
TC-1932/026/01
cao

CARTÓRIO DO GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

CERTIDÃO

Certifico que a r. Decisão de fls. 498 transitou em julgado em 2 de maio de 2005. Cartório do Gabinete do Conselheiro Robson Marinho, em 18 de maio de 2005, 
Mariangela Gomes, Assistente Técnico de Gabinete I.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



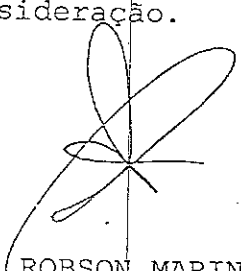
São Paulo, 25 de maio de 2005

Ofício CGCRRM nº 1057/05
TC-1932/026/01

Senhor Prefeito,

Nos termos do decidido pela Colenda Primeira Câmara e pelo Egrégio Tribunal Pleno desta Casa, em sessões de 19 de agosto de 2003, 27 de outubro de 2004 e 16 de março de 2005, quando da apreciação do processo em epígrafe, do pedido de reexame e dos embargos de declaração, encaminho a Vossa Excelência as respectivas cópias, acompanhadas de extrato dos rr. Pareceres e de fls. 167/174, 474/477, e 501/504 do processo em epígrafe, para conhecimento das recomendações propostas.

Apresento a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.



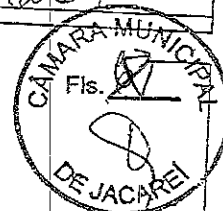
ROBSON MARINHO
CONSELHEIRO

Excelentíssimo Senhor
MARCO AURÉLIO DE SOUZA
Prefeito Municipal de
JACAREÍ - SP
pfrj-1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. nº 510
Proc. 1932/026/01
Marcia



A partir desta data os expedientes TCs- 29621/026/01, 2448/007/01, 390/007/02, 31815/026/01, 10000/026/03, 14895/026/01 e 30610/026/01 deixam de acompanhar os presentes autos.

Assim, cumpridas todas as alíneas do item 2 da r. Decisão de fls. 165/166, encaminhem-se ao GDF-4.

CGCRRM, 7 de junho de 2005.

Marcia Vernacci Alonso
Márcia Vernacci Alonso
Assessor Técnico Procurador



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC-1932/026/01

511



PROCESSO: TC-1932/026/01
PREFEITURA: JACAREÍ
ASSUNTO: CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2001.

Senhor Diretor-Técnico Substituto,

Em atendimento ao despacho de fls.498 efetuamos as devidas anotações.


O pedido de reexame foi negado, ficando mantido o parecer desfavorável, conforme Decisão do Tribunal Pleno em sessão realizada em 27/10/04, fls.471.

Cumprimos o determinado nos 5º e 8º parágrafos do voto do Relator da decisão anterior, fls. 165, mencionado que o contrato com o Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT está sendo tratado no TC - 27941/026/05, acompanhando os expedientes TCs - 30610/026/03 e 10.000/026/03.

Conforme despacho do Secretário Diretor Geral item 4 letra "b" encaminhar os autos à Câmara Municipal.

À consideração de Vossa Senhoria.

DF-4.3, 06 de outubro de 2001.


LORINETE GOMES DA SILVA
Agente da Fiscalização Financeira
Chefe



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE

Consultoria Jurídica

PROTOCOLO GERAL Nº 1.843, de 14 de outubro de 2005.



PARECER Nº 278 – SOA – CJ/2005

Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Autor: Parecer desfavorável as contas anuais da Prefeitura Municipal do Exercício de 2001.

Examina-se parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP), exarado em 22/10/2003 (cf. fls. 177), desfavorável à aprovação das contas do Prefeito Municipal, relativas ao Exercício de 2001. Concluiu o parecer, mesmo após apreciação dos recursos interpostos, que houve insuficiente aplicação de recursos no ensino (cf. fls. 478, aplicação apurada 23,29%). Ademais, o Conselheiro Relator do acórdão decidiu pela expedição de diversas recomendações alusivas às referidas contas municipais de 2001 (cf. fls. 174).

O procedimento, a ser adotado pelo Legislativo, está expresso nos artigos 131 e 132, do Regimento Interno (Resolução nº 642/2005), os quais, por serem por si só elucidativos, dispensam maiores comentários.

Assim dispõe o Capítulo III, do Título VIII, do Regimento Interno:

"CAPÍTULO III
Da Prestação de Contas

Art. 131. Recebidos os processos com os respectivos pareceres do Tribunal de Contas, o Presidente mandará distribuir cópias dos autos às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento para parecer em 30 (trinta) dias, comunicando aos



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE

Consultoria Jurídica



Vereadores que a matéria será mantida à disposição na Secretaria da Câmara.

§ 1º O Parecer será prolatado em conjunto, concluindo, com a respectiva proposição, pela rejeição ou aprovação das contas.

§ 2º Expirado o prazo deste artigo, será a matéria incluída na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Art. 132. A Câmara terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento do parecer prévio, para julgar as contas do Prefeito, observados os seguintes preceitos:

I - o Parecer somente poderá ser rejeitado por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

II - decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, sem deliberação, serão as contas consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;

III - rejeitadas as contas, por votação ou decurso de prazo, serão imediatamente remetidas pelo Presidente ao Ministério Público para os devidos fins;

IV - a decisão da Câmara será comunicada ao Tribunal de Contas."

É o parecer.

Consultoria Jurídica, 17 de outubro de 2005.

SIDNEI DE OLIVEIRA ANDRADE

CONSULTOR JURÍDICO

OAB / SP Nº 15.546



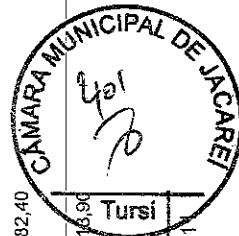
Prefeitura Municipal de Jacareí

Balancete da Despesa por Órgão - Orçamentária

Período de 01/12/2001 a 31/12/2001

Órgão 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

<u>Ficha Dotação</u>	<u>Especificação</u>	<u>Orçado</u>	<u>Suplem./Anul. Período</u>	<u>Suplem./Anul. Acumulado</u>	<u>Empenhado Período</u>	<u>Empenhado Acumulado</u>	<u>Pago Período</u>	<u>Pago Acumulado</u>	<u>Saldo Empenhar</u>	<u>Saldo Pagar</u>
53 11.01.319000.12.122.0402.2014	Aplicações Diretas Manutenção Do Ensino	500.000,00	127.000,00	1.177.000,00	140.189,08	1.670.177,05	109.930,00	1.639.784,65	6.822,85	30.392,40
61 11.01.319000.12.361.0901.2003	Aplicações Diretas Encargos Previdenciários	70.000,00	0,00	0,00	0,00	68.005,32	0,00	68.005,32	1.984,68	0,00
70 11.01.319000.12.361.0901.2015	Aplicações Diretas Valorização Do Magisterio	782.000,00	415.000,00	415.000,00	415.112,48	1.176.204,61	233.141,11	983.209,73	795,39	192.984,88
63 11.01.319000.12.361.1201.2003	Aplicações Diretas Encargos Previdenciários	550.000,00	0,00	-545.000,00	0,00	4.937,41	0,00	4.937,41	82,59	0,00
62 11.01.319000.12.361.1201.2014	Aplicações Diretas Manutenção Do Ensino	4.828.000,00	-824.000,00	-4.504.000,00	1.305,30	121.075,75	1.305,30	121.075,75	924,25	0,00
69 11.01.319000.12.361.1201.2015	Aplicações Diretas Valorização Do Magisterio	5.586.000,00	1.225.000,00	1.205.000,00	1.408.938,82	6.791.000,00	669.835,66	5.857.999,73	0,00	933.000,27
83 11.01.319000.12.361.1205.2017	Aplicações Diretas Manutenção Da Merenda	586.000,00	5.000,00	-85.000,00	102.452,59	483.925,88	51.395,59	401.016,81	7.074,12	82.909,27
74 11.01.319000.12.365.1203.2014	Aplicações Diretas Manutenção Do Ensino	2.503.000,00	1.450.000,00	2.420.000,00	1.614.657,76	4.923.000,00	853.032,89	4.161.375,13	0,00	761.624,87
79 11.01.319000.12.365.1204.2003	Aplicações Diretas Encargos Previdenciários	280.000,00	0,00	0,00	10.269,68	280.000,00	10.269,68	280.000,00	0,00	0,00
78 11.01.319000.12.365.1204.2014	Aplicações Diretas Manutenção Do Ensino	2.791.000,00	530.000,00	80.000,00	624.749,65	2.871.000,00	290.159,51	2.538.375,86	0,00	334.624,14
87 11.01.319000.12.367.1209.2014	Aplicações Diretas Manutenção Do Ensino	684.000,00	-110.000,00	-110.000,00	32.803,06	572.288,20	19.710,66	527.231,43	1.711,80	45.056,77
64 11.01.342000.12.361.0901.2003	Transferências À União Encargos Previdenciários	50.000,00	-50.000,00	-50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65 11.01.343000.12.361.1201.2014	Transferências À Estados E Ao Distrito Federal Manutenção Do Ensino	11.401.500,00	282.000,00	1.882.000,00	743.589,00	13.283.222,03	1.238.238,33	13.209.816,66	277,97	73.605,37
56 11.01.349000.12.122.0402.2014	Aplicações Diretas Manutenção Do Ensino	60.000,00	-65.000,00	215.000,00	-4.703,81	274.337,85	10.758,39	248.755,45	662,15	25.582,40
86 11.01.349000.12.361.1201.2014	Aplicações Diretas Manutenção Do Ensino	718.000,00	-90.000,00	2.440.000,00	2.558,63	3.157.903,38	188.582,22	2.917.989,48	96,62	239.916,90



Balancete da Despesa por Órgão - Orçamentária

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
402
Parsi

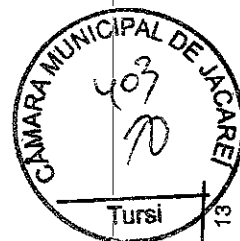
Prefeitura Municipal de Jacareí

Balancete da Despesa por Órgão - Orçamentária

Período de 01/12/2001 a 31/12/2001

Órgão 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

<u>Ficha Dotação</u>	<u>Especificação</u>	<u>Orçado</u>	<u>Suplem./Anul. Período</u>	<u>Suplem./Anul. Acumulado</u>	<u>Empenhado Período</u>	<u>Empenhado Acumulado</u>	<u>Pago Período</u>	<u>Pago Acumulado</u>	<u>Saldo Empenhar</u>	<u>Saldo Pagar</u>
86 11.01.459000.12.361.1205.1001	Aplicações Diretas Equipamentos E Material Permanente	2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86 11.01.459000.12.361.1205.1013	Aplicações Diretas Obras Referente A Merenda Escolar	5.000,00	-5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77 11.01.459000.12.365.1203.1001	Aplicações Diretas Equipamentos E Material Permanente	30.000,00	93.000,00	138.000,00	154.998,13	166.003,57	20,00	8.529,14	1.996,43	157.474,43
76 11.01.459000.12.365.1203.1005	Aplicações Diretas Obras Educacionais	205.000,00	-105.000,00	-205.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82 11.01.459000.12.365.1204.1001	Aplicações Diretas Equipamentos E Material Permanente	20.000,00	-21.000,00	99.000,00	64.282,69	118.644,70	1.440,00	46.761,28	355,30	71.883,42
81 11.01.459000.12.365.1204.1012	Aplicações Diretas Construção De Creches	500.000,00	-88.000,00	-488.000,00	0,00	11.747,00	0,00	11.747,00	253,00	0,00
89 11.01.459000.12.367.1209.1001	Aplicações Diretas Equipamentos E Material Permanente	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Total do Órgão :		41.531.500,00	1.727.000,00	1.127.000,00	5.586.674,78	42.620.363,93	4.265.591,20	38.646.241,02	38.136,07	3.974.122,91



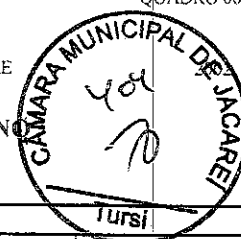
QUADRO 06 MUNICÍPIO:

JACAREÍ

PERÍODO:

4º TRIMESTRE

POSIÇÃO FINANCEIRA DAS CONTAS VINCULADAS AO ENSINO



REPASSES FINANCEIROS - ARTIGO 69, §5º, LEI 9.394/96 (L.D.B.)			
CONFRONTO ENTRE OS REPASSES MÍNIMOS E DECENDIAIS		TRIMESTRE	ACUMULADO
A) REPASSE MÍNIMO OBRIGATORIO (Percentual Mínimo de Aplicação das Receitas de Impostos e Transferências menos Conta Retificadora do Fundef)		5.010.073,87	18.334.815,17
B) REPASSES DECENDIAIS			
REPASSES RELATIVOS AOS 1º, 2º E 3º DECÊNDIOS DO 1º MÊS		2.196.430,66	5.533.006,24
REPASSES RELATIVOS AOS 1º, 2º E 3º DECÊNDIOS DO 2º MÊS		1.445.016,45	4.741.589,51
REPASSES RELATIVOS AOS 1º, 2º E 3º DECÊNDIOS DO 3º MÊS		1.943.626,78	8.060.493,89
TOTAL DE REPASSES DECENDIAIS		5.585.073,89	18.335.089,64
REPASSES A MAIOR NO TRIMESTRE		575.000,02	274,49

CONTAS VINCULADAS AO ENSINO DESTINADAS AOS DEPÓSITOS DOS REPASSES DECENDIAIS			
COMPOSIÇÃO DO SALDO BANCÁRIO CONCILIADO EM	10 / 01 / 2003	NÚMERO DA C/C	SALDO
CONTA F.M.E.		45-000164-2	78.833,74
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO DISPONÍVEL			78.833,74

CONFRONTO ENTRE DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA EM RELAÇÃO AO DISPONÍVEL			
APURAÇÃO DOS EMPENHOS A PAGAR (Não consideradas as Despesas do Ens. Fund.com Recursos do Fundef)			SALDO
DESPESA EMPENHADA ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL (Quadros 2 e 4)			21.960.402,5
(-) DESPESA PAGA (Quadros 2 e 4)			20.297.715,3
TOTAL DE EMPENHOS A PAGAR			1.662.687,1
EMPENHOS SEM LASTRO FINANCEIRO			1.583.853,4

CONTAS VINCULADAS AO ENSINO DECORRENTES DE CONVÊNIOS			
COMPOSIÇÃO DO SALDO BANCÁRIO CONCILIADO EM	30 / 12 / 2002	NÚMERO DA C/C	SALDO
CONTA QESE		13-700281-5	3.914,8
CONTA TRANSPORTE DE ALUNOS		13-001088-0	43,7
PNAE		6.226-X	570,1
Merenda Escolar		13.100111-6	496,8
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO DISPONÍVEL			5.025,6

CONTA VINCULADA AO FUNDEF			
SALDO FINANCEIRO DO FUNDEF NÃO APLICADO (EXERCÍCIO ANTERIOR)			0,0
(+) RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEF + APLICAÇÃO FINANCEIRA			9.342.436,6
(=) SALDO DISPONÍVEL APURADO			9.342.436,6
(-) TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEF PAGAS			8.591.607,7
(=) SALDO DISPONÍVEL APURADO			750.828,9
SALDO BANCÁRIO CONCILIADO EM	30 / 12 / 2002	C/C nº 58-022-8	110.795,3
DIFERENÇA A MENOR			-640.033,5

RECEITAS E DESPESAS DO ENSINO - PUBLICAÇÃO (ARTIGO 256 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

MUNICÍPIO: JACAREÍ

2º TRIMESTRE

EXERCÍCIO: 2015



RECEITAS ARRECADADAS	Trimestre	Acumulado
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	4.229.807,05	5.405.188,94
Imposto s. Transmissão de Bens Imóveis	338.278,96	693.953,13
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	2.485.316,26	5.105.580,05
Imposto de Renda Retido na Fonte	581.871,58	1.346.487,13
Dívida Ativa de Impostos	571.841,49	1.085.968,07
Atualização de Dívida Ativa de Impostos	0,00	0,00
Multa/Juros provenientes de impostos	43.130,85	49.155,44
Fundo de Participação dos Municípios	3.910.792,73	7.395.418,41
Imposto Territorial Rural	19.429,95	33.353,55
Desoneração de Exportações (LC-87/96)	626.751,72	1.253.503,45
Demais Transferências da União	0,00	0,00
Imposto s/ Circ. de Mercadorias e Serviços	17.900.953,13	34.833.473,12
Imposto s/ Propriedade de Veículo Automotor	1.730.240,50	4.740.477,64
Imposto s/ Produto Industrial s/ Exportação	193.278,99	379.011,10
ICMS de Exerc. Anteriores/Judiciais/Administr.	0,00	0,00
Demais Transferências	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	32.651.693,01	62.321.467,02
Rendimentos de Aplicação Financeira:	0,00	0,00
Convênios e Outros	901.176,83	1.306.339,06
Recursos recebidos do Fundef	2.217.191,14	4.263.874,33
Rendimentos de Aplicação Financeira do Fundef	0,00	43.132,57
Recursos das Operações de Crédito	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS ADICIONAIS	3.118.367,97	5.613.545,96
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	35.770.060,98	67.934.812,98

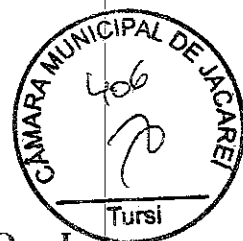
DESPESAS DO ENSINO	Trimestre	Acumulado
12.365 - Educação Infantil	2.581.737,13	4.823.269,80
12.367 - Educação Especial	0,00	0,00
(=) Total da Despesa da Educação Infantil / Especial	2.581.737,13	4.823.269,80
(-) Auxílios / Subvenções / Contribuições	0,00	0,00
(-) Recursos provenientes de Operações de Crédito	0,00	0,00
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00
(=) APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL / ESPECIAL	2.581.737,13	4.823.269,80
12.361 - Ensino Fundamental		
Depesas c/ Recursos não Vinculados	1.040.816,27	4.619.869,64
Depesas c/ Recursos do FUNDEF	1.499.577,44	3.135.090,32
12.366 - Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental)	0,00	0,00
(=) Subtotal da Despesa do Ensino Fundamental	2.540.393,71	7.754.959,96
(-) Valor Retido no Fundef	1.177.375,34	2.515.356,58
(-) Parcela Empenhada do Ganho Líquido - FUNDEF	0,00	0,00
(=) Total da Despesa do Ensino Fundamental	3.717.969,05	10.070.296,54
(-) Auxílios / Subvenções / Contribuições	0,00	0,00
(-) Recursos provenientes de Operações de Crédito	0,00	0,00
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00
(=) APLICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL	3.717.969,05	10.070.296,54
TOTAL DOS RECURSOS APLICADOS NO ENSINO	6.299.706,18	14.893.566,34
APLICAÇÃO NO ENSINO	19,29%	23,90%
Aplicação no Ensino Fundamental	11,39%	16,16%
Aplicação na Educação Infantil / Especial	7,91%	7,74%
Aplicação nos Profissionais do Magistério - FUNDEF	60,63%	57,66%
REPASSES À CONTA DO ENSINO - ART.69,§5º-LEI 9.394/96	4.477.108,21	8.871.440,78

Prefeito(a) Municipal

Secretário(a) da Educação

Contador

Presidente ou Membro do Conselho da Educação




RECEITAS E DESPESAS DO ENSINO - I

MUNICÍPIO: JACAREÍ

RECEITAS ARRECADADAS	Trimestre	Acumulado
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	4.229.807,05	5.405.085,94
Imposto s/ Transmissão de Bens Imóveis	338.278,96	693.953,12
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	2.485.316,26	5.105.580,05
Imposto de Renda Retido na Fonte	581.871,58	1.346.487,13
Dívida Ativa de Impostos	571.841,49	1.085.968,07
Atualização de Dívida Ativa de Impostos	0,00	0,00
Multa/Juros provenientes de impostos	43.130,85	49.155,44
Fundo de Participação dos Municípios	3.910.792,73	7.395.418,41
Imposto Territorial Rural	19.429,95	33.353,55
Desoneração de Exportações (LC-87/96)	626.751,72	1.253.503,45
Demais Transferências da União	0,00	0,00
Imposto s/ Circ. de Mercadorias e Serviços	17.900.953,13	34.833.473,12
Imposto s/ Propriedade de Veículo Automotor	1.750.240,30	4.740.477,64
Imposto s/ Produto Industrial s/ Exportação	193.278,99	379.011,10
ICMS de Exerc. Anteriores/Judiciais/Administr.	0,00	0,00
Demais Transferências	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	32.651.693,01	62.321.467,02
Rendimentos de Aplicação Financeira:	0,00	0,00
Convênios e Outros	901.176,83	1.306.339,06
Recursos recebidos do Fundef	2.217.191,14	4.263.874,33
Rendimentos de Aplicação Financeira do Fundef	0,00	43.132,57
Recursos de Operações de Crédito:	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS ADICIONAIS	3.118.367,97	5.613.345,96
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	35.770.060,98	67.934.812,98

Prefeito(a) Municipal

Secretário(a) da Educação

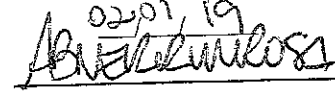
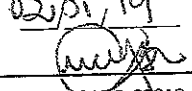
 CAMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ PRAÇA DOS TRÊS PODERES 74 - CENTRO - CEP 12327.901 CNPJ 50.437.516/0001-76 I.E. ISENTO NOTA DE DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA		NOTA	ANO
		938/000	2018
4R Sistemas		DATA DE EMISSÃO	FICHA
		21/12/2018	5001

Fonte de Recurso:	1 TESOIRO	USUÁRIO	ANDREIA.MOTA
Aplicação:	110 GERAL	FUNDO	
Variação:	0 GERAL	DÍVIDA	
Órgão:		PROCESSO	1184/2018
Unid. Orçamentária:		VENCIMENTO	
Unid. Executora:		MODALIDADE	Dispensa - Isento Compras e Serviços 862/20
Função:		PEDIDO	00456/000-2018
SubFunção:		CENTRO DE CUSTO	12 - PRESIDÊNCIA
Programa:			15.238,90
Projeto/Atividade:			
Categ. Econômica:	5.0.01 RP 2018 - GERAL		
Elemento Despesa:	39 RP 2018 - GERAL		
Sub-Elemento Desp:	5 RP 2018 - GERAL		
Vínculo:	0 ORDINÁRIO		

CÓDIGO	NOME DO FORNECEDOR	CNPJ / CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
1796	Alfann Contabilidade Ltda	45.214.459/0001-26	
ENDEREÇO	BAIRRO		
Av Elmira Martins Moreira, 127	JARDIM ALTOS DE SANTANA		
CIDADE	UF	CEP	TELEFONE
JACAREÍ	SP	12306730	39532677
BANCO	AGÊNCIA	CONTA	TIPO CONTA
APLICAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE PERÍCIA CONTÁBIL-FINANCEIRA, PARA ATENDIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL NO PROCESSO 0006380-90.2010.8.26.292, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, CONFORME PARECER 353-JACC-SAJ-12-2018 DO PROCESSO 185/2005, DE JULGAMENTO DE CONTAS DO EXECUTIVO RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2001 (Obs.: PRAZO DE PAGAMENTO: 5 DIAS ÚTEIS DO RECEBIMENTO DA NOTA FISCAL. INÍCIO DO SERVIÇO: 01/02/2019. PRAZO DE ENTREGA: 10 DIAS.)			
Entrega	Compras e Licitações, Praça dos Três Poderes, 74		

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANTIDADE	VL. UNITÁRIO	VL. UNIT. PEDIDO	VALOR TOTAL
001	Restos a pagar do empenho 938/0-2018		1,0000	15.238,90		15.238,90

RETENÇÃO	VL. RETIDO →	0,00	VL. LÍQUIDO →	15.238,90	VL. BRUTO →	15.238,90
----------	--------------	------	---------------	-----------	-------------	-----------

DOTAÇÃO ATUAL	0,00	EMPENHADO ATÉ A DATA	785.487,55	VALOR DO EMPENHO	15.238,90	SALDO ATUAL	-800.726,45
Presidente da Câmara 02/01/19  ABNER RODRIGUES DE MORAES ROSA CPF 307.777.288-42		Contadora 02/01/19  ANDREIA SALGADO CESAR MOTA CRC 15P 186916/O-2		Assistente Finanças ____/____/____ RAIANE MEDEIROS DE CAMPOS CPF: 391.347.648-28		Banco: _____ Conta: _____ Cheques: _____	
Recebi da(o) CAMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ, a importância de: (quinze mil, duzentos e trinta e oito reais e noventa centavos)							

Referente ao Valor da Nota acima discriminada.

JACAREÍ, ____ de ____ de ____.	ASSINATURA DO FORNECEDOR	Documento
		Número: